

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PRODUÇÃO EDITORIAL**

**“O QUE EU FAÇO NA INTERNET TAMBÉM É  
IMPORTANTE” – TRAJETÓRIAS FEMINISTAS A  
PARTIR DE GRUPOS DE DISCUSSÃO NO  
FACEBOOK**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Laura Nunes Garcia**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2015**

**“O QUE EU FAÇO NA INTERNET TAMBÉM É  
IMPORTANTE” – TRAJETÓRIAS FEMINISTAS A PARTIR  
DE GRUPOS DE DISCUSSÃO NO FACEBOOK**

**Laura Nunes Garcia**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social,  
da Universidade Federal de Santa Maria, RS, como requisito parcial para  
obtenção do grau de **Bacharel em Comunicação Social**.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Rubia da Silva**  
**Co-orientador: Dr<sup>o</sup>. Alisson Machado**

Santa Maria, RS, Brasil  
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PRODUÇÃO EDITORIAL

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova o trabalho de conclusão de curso

**“O QUE EU FAÇO NA INTERNET TAMBÉM É IMPORTANTE” –  
TRAJETÓRIAS FEMINISTAS A PARTIR DE GRUPOS DE DISCUSSÃO  
NO FACEBOOK**

Elaborado por  
**Laura Nunes Garcia**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Bacharel em Comunicação Social**

Comissão examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Rubia da Silva – orientadora

---

Dr<sup>nda</sup>. Giane Vargas Escobar (UFSM)

---

Dr<sup>ndo</sup>. Tainan Pauli Tomazetti (UFRGS)

Santa Maria, RS, 18 de dezembro de 2015.

*Para Juliana Aires.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe e meu pai, por me proporcionarem até a idade adulta o conforto de poder me dedicar inteiramente aos estudos, e por me ensinarem (e me darem o tempo de aprender) a reconhecer meus privilégios e a enxergar e me importar com as outras pessoas. Ao meu pai por, a seu modo, me ensinar o que é a luta de classes e meu lugar nela. À minha mãe, pelo apoio e compreensão de sempre, por me inspirar voltando à universidade depois de vinte anos e por, afinal, ser uma mãe feminista.

Ao meu irmão, Lucas, pelo companheirismo e suporte quando precisei.

Às minhas entrevistadas, que me emprestam suas narrativas para este trabalho, e que se unem na luta por um projeto de sociedade em que todas tenham respeitadas nossa voz e nossa autonomia.

Às companheiras com quem aprendi tanto nos três anos de Marcha das Vadias; e às amigas com quem sigo aprendendo no cotidiano a práxis feminista, dividindo as angústias e descobertas do nosso contínuo tornar-se mulher.

À minha orientadora, professora Sandra Rubia, e às suas também orientandas, Ana Cássia e Nara, pelas valiosas contribuições para o trabalho ao longo do ano nas pré-bancas.

Por fim, e mais importante, agradeço ao Alisson, meu co-orientador, por toda a atenção, paciência, compreensão e incentivo, e pela genuína vontade de compartilhar comigo seu conhecimento, além das inquietações sobre o próprio feminismo, o movimento LGBT, o vegetarianismo e tudo mais que dividimos. Para além deste trabalho, que certamente não teria saído sem sua preciosa ajuda, fico feliz por ter feito um grande amigo feminista.

*Um direito que em vários países já é estabelecido  
No Brasil, quase sempre, passa despercebido  
Hipocrisia: para o desconhecido é punição  
Mas se for da família, é só tratar com discricção  
Morre negra, morre jovem, morre gente da favela  
Morre o povo que é carente e que não passa na novela  
Direito imediato, revolução de fato  
Protesto na batida, ventre livre de fato  
1 milhão de abortos no Brasil, por ano  
Vai dizer que não sabia? Vai dizer que é engano?  
A cada 7 mulheres, uma já fez aborto  
Isso é estatística, não é papo de louco  
Inseguro, feito de uma forma clandestina  
Acorda Brasil! O nome disso é chacina  
Lutar pela legalização do aborto  
É lutar pela saúde da mulher*

*Direito ao próprio corpo  
Legalizar o aborto*

Ventre livre de fato (MC Luana Hansen)

## RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso  
Curso de Comunicação Social  
Habitação Produção Editorial  
Universidade Federal de Santa Maria

### **“O QUE EU FAÇO NA INTERNET TAMBÉM É IMPORTANTE” – TRAJETÓRIAS FEMINISTAS A PARTIR DE GRUPOS DE DISCUSSÃO NO FACEBOOK**

AUTORA: LAURA NUNES GARCIA  
ORIENTADORA: SANDRA RUBIA DA SILVA

O presente trabalho busca analisar a construção de trajetórias feministas de algumas mulheres jovens da cidade de Santa Maria/RS, através de grupos de discussão na rede social Facebook. Para isso, analisamos, no período de março a setembro de 2015, as interações em três grupos: *Marcha das Vadias Santa Maria*, *Feminismo SM* e *Juventude Negra Feminina de Santa Maria (JuNF)*; e realizamos entrevistas com algumas dessas mulheres, convidadas a contribuir com o trabalho a partir da própria rede social. Para o estudo, nos apoiamos nas análises de comunidades online de Castells (2013) e de redes sociais de Recuero (2009), e em alguns princípios de etnografia virtual propostos por Hine (2000). Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade da auto-organização nos grupos de discussão para o empoderamento de grupos socialmente oprimidos; para a relevância das redes de apoio que esses grupos representam para seus membros; e para importância das divergências e debates dentro do movimento feminista.

**Palavras-chave:** Feminismo. Trajetórias feministas. Feminismo online. Facebook.

## ABSTRACT

The present paper searches to analyze the construction of feminist paths of a few young women from the city of Santa Maria/RS, through discussion groups in the social network Facebook. To achieve this, we have analyzed, from March to September 2015, the interactions in three groups: *Marcha das Vadias Santa Maria*, *Feminismo SM e Juventude Negra Feminina de Santa Maria (JuNF)*; and held interviews with some of these women, invited to contribute on the paper through the same social network. For this study, we lean on the analysis of online communities by Castells (2013) and the ones about social network by Recuero (2009), and some virtual ethnography foundations proposed by Hine (2000). The results of this research point towards the need of self-organization in the discussion groups for the empowerment of socially oppressed groups; the prominence of support networks that said groups represent to their members; and the importance of divergence and debate inside the feminist movement.

**Keywords:** Feminism. Feminist paths. Online feminism. Facebook.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: busca por indicação de psicóloga ( <i>Feminismo SM</i> ) .....	49
Figura 2: postagem com trigger warning ( <i>Feminismo SM</i> ).....	51
Figura 3: ENEM ( <i>JuNF</i> ).....	52
Figura 4: denúncia de racismo ( <i>JuNF</i> ) .....	54
Figura 5: advogadas feministas ( <i>Feminismo SM</i> ) .....	57
Figura 6: Clube de Luta das Mina ( <i>Feminismo SM</i> ) .....	60
Figura 7: chamada para curso na UFRGS ( <i>JuNF</i> ) .....	62
Figura 8: proposta da oficina de turbantes ( <i>JuNF</i> ) .....	64
Figura 9: mobilização para ajudar Fernanda ( <i>JuNF</i> ).....	66
Figura 10: campanha de doações para as presidiárias de Santa Maria ( <i>Feminismo SM</i> ) .....	67
Figura 11: evento de doações para as detentas .....	68
Figura 12: intervenção artística no “BuceATO” .....	69
Figura 13: empoderamento feminino e privilégio masculino ( <i>Feminismo SM</i> ).....	77
Figura 14: desabafo e saída de feminista radical ( <i>Feminismo SM</i> ) .....	79
Figura 15: discussão sobre a saída da companheira ( <i>Feminismo SM</i> ) .....	81

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 INTERNET E ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b> .....	17
<b>1.1 Popularização e usos sociais da internet</b> .....	17
<b>1.2 Organização online e feminismo em rede</b> .....	21
<b>2 MULHERES EM LUTA</b> .....	25
<b>2.1 Um breve resgate histórico</b> .....	25
<b>2.2 Atuações feministas online</b> .....	29
<b>2.3 Identidades feministas</b> .....	33
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	37
<b>3.1 Observando interações online</b> .....	37
<b>3.2 Técnicas de pesquisa</b> .....	38
<b>3.3 Apresentação dos grupos estudados</b> .....	39
3.3.1 Marcha das Vadias Santa Maria .....	39
3.3.2 Feminismo SM .....	42
3.3.3 Juventude Negra Feminina de Santa Maria .....	44
<b>4 ANALISANDO OS GRUPOS E SUAS INTERAÇÕES</b> .....	46
<b>4.1 Sobre a pesquisa e meu lugar nos grupos</b> .....	46
<b>4.2 Critérios de observação e entrevistas</b> .....	46
<b>4.3 Perfis das entrevistadas</b> .....	47
<b>4.4 Categorias de postagens</b> .....	48
4.4.1 Busca por informações .....	49
4.4.2 Compartilhamento de notícias .....	50
4.4.3 Crítica e indignação .....	53
4.4.4 Relatos de violências .....	55
4.4.5 Sociabilidade .....	57
4.4.6 Articulações feministas .....	65
4.4.7 Relatos pessoais .....	70
4.4.8 Debates políticos .....	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	85
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	88
<b>Apêndice</b> .....	92

## INTRODUÇÃO

No ano em que entrei no curso de Produção Editorial da Universidade Federal de Santa Maria, 2012, também tomei parte na construção da primeira Marcha das Vadias de Santa Maria, meu primeiro contato com a militância feminista organizada – apesar de me considerar feminista desde que posso lembrar. Passados três anos envolvida com a Marcha e o coletivo de mulheres originado dela, inicio este trabalho com a certeza de que não poderia escolher um tema desvinculado dessa experiência.

Tendo em vista as mudanças gerais e as transformações de nossa sociedade, com o advento considerável da popularização da internet pelo mundo<sup>1</sup>, em especial das redes sociais online, e os reflexos dessas mudanças no modo como atualmente nos organizamos e nos construímos como sujeitos, sem mais separar o que descobrimos e publicamos nos ambientes online das nossas vidas diárias, este trabalho visa investigar a construção de trajetórias feministas de algumas mulheres jovens da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, através de três grupos de debate e discussão feminista mapeados na rede social online Facebook. São eles: *Marcha das Vadias Santa Maria*, *Feminismo SM* e *Juventude Negra Feminina de Santa Maria*.

O grupo *Marcha das Vadias Santa Maria* foi criado em 2012 para organização das reuniões de construção da primeira Marcha das Vadias, na cidade de Santa Maria, e a partir disso estabeleceu-se como fórum de discussão feminista misto, ou seja, aberto a pessoas de todos os gêneros. O *Feminismo SM* originou-se em 2014 pela necessidade percebida por algumas mulheres de um espaço exclusivamente feminino para debater questões de gênero. Por último, a *JuNF-SM* (abreviação de Juventude Negra Feminina de Santa Maria) data de 2013 e mantém um grupo auto-organizado entre mulheres jovens negras, restrito às participantes ativas do coletivo. Apresentarei os grupos mais detalhadamente no capítulo 3.

A problemática que tentamos responder diz respeito às formas de participação dessas mulheres nos grupos analisados, refletindo a construção, formação ou o despertar de uma reflexão ou ação/práxis feminista. Queremos perceber seus posicionamentos, bem como suas possíveis mudanças, em relação às temáticas de gênero e feministas, a partir de suas interações nos grupos de discussão na internet. Dessa forma, questionamos: as práticas

<sup>1</sup> Segundo pesquisa da consultoria de tecnologia eMarketer, a estimativa, ao fim de 2014, era de que 107,7 milhões de brasileiros e brasileiras teriam acesso à internet, 8,5 milhões a mais que em 2013. A previsão da empresa é que o acesso contemple em 2015 42,4% da população mundial. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/11/141124\\_brasil\\_internet\\_pai](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/11/141124_brasil_internet_pai)>. Acesso em: 25 abr. 2015.

feministas, articuladas principalmente nas ambiências online, definem posições políticas, engajamentos sociais, podendo assim constituir diferentes formas de ser e construir-se mulher feminista?

Dessa forma, os objetivos específicos deste trabalho são: observar como ocorrem a participação, as interações e as dinâmicas socioculturais dessas mulheres nos fluxos e ambiências online e offline; analisar os tipos de vínculos e as redes que elas estabelecem entre si e; compreender como as práticas dessas mulheres efetivam-se na constituição dessas formas de ser mulher e mulher feminista.

É necessário destacar ainda a complexidade das práticas e interações que desejamos estudar tendo em vista os fluxos de participação e engajamento nos debates e demandas feministas das entrevistadas, tanto em nível online (participação em grupos de discussão, *fanpages*, blogs), quanto off-line (encontros presenciais de grupos ou coletivos feministas, envolvimento com outros movimentos sociais, etc). Essa separação, que neste momento serve apenas para classificar as ações sociais dessas mulheres, a título de uma primeira compreensão, será melhor debatida no desenvolvimento do trabalho no sentido proposto por Hine (2000) de superar a polarização online versus off-line, visto que, especialmente tratando-se do uso de redes sociais como o Facebook, as práticas sociotécnicas devem ser percebidas em sua própria complexidade.

Em termos de pesquisa de gênero no campo da Comunicação, Ana Carolina Escosteguy e Márcia Rejane Messa (2008) apresentam um histórico detalhado de trabalhos acadêmicos já realizados nesse campo e, apesar de focarem mais especificamente nos estudos de recepção, centrados em mídia impressa e audiovisual, levantam questões que precisam ser pensadas em qualquer trabalho da área, que são a aproximação das mulheres com determinados meios de comunicação e a apropriação e usos específicos desses meios. No caso aqui estudado por nós, tratamos especificamente das apropriações do meio virtual por mulheres feministas para discussão de questões de gênero.

Buscando no *Google Acadêmico* e no site da *Capes*, encontrei grande quantidade de artigos<sup>2</sup> relacionados a *feminismo na internet*, *feminismo online* e *Marcha das Vadias*, mas um

<sup>2</sup> Destacamos: *Feminismo.com: O movimento feminista na sociedade em rede*, de Alessandra Gato Rodrigues, Letícia Almeida de la Rue e Danielli Gadenz, do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria; *Feminismo e redes sociais na Marcha das Vadias no Brasil*, de Gleidiane Ferreira, publicado na Revista *Ártemis*, vol. XV, nº 1, de 2013; *Ativismo de sofá: O movimento feminista no Facebook*, de Ligyane Tavares dos Reis, da Universidade Estácio do Rio Grande do Norte e Elaize Eduarda Macena da Silva Alves, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, apresentado no Intercom Nordeste 2013; *Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil*, artigo de Carla Gomes e Bila Sorj publicado na Revista *Sociedade e Estado* – vol. 29, nº 2 de 2014; “*Se eu não puder gozar, não é a minha revolução*”: *Etnografia da*

número mais restrito de produções entre monografias e dissertações. Destacamos primeiramente a dissertação *Movimentos Sociais Em Rede E A Construção De Identidades: A Marcha Das Vadias - SM E A Experiência Do Feminismo Em Redes De Comunicação*, da autoria de Tainan Pauli Tomazetti, defendida em 2015, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, em que o autor investiga as identidades coletivas da Marcha das Vadias de Santa Maria, partindo das dinâmicas de comunicação em rede construídas entre os ambientes online e o off-line. No trabalho são descritas as apropriações das ferramentas de comunicação online pelas participantes do movimento – página e grupo de discussão no Facebook – e como essas influenciavam na construção do ato político de ocupar as ruas, a Marcha em si.

Na dissertação “*Os assuntos que discutimos são a cara da nossa luta*” – *Os debates feministas em meio às possibilidades de sociabilidade online*, defendida em 2013, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, a autora Natália Alves Cardoso Orlandi Silveira estuda a organização do coletivo online responsável pelo blog *Blogueiras Feministas*. Ela pontua a importância da militância virtual para as novas expressões do feminismo, como exemplo a Marcha das Vadias, além da própria reinvenção do blog, coletivo e diverso, em oposição ao individual, e que inspirou outros grupos a criarem blogs, como as *Blogueiras Negras*. Ela analisa os “cruzamentos” online e off-line da militância desse coletivo pela perspectiva do sofrimento social, pela Antropologia de Experiência, apoiada também no conceito de *backlash* de Susan Faludi, que compreende ataques conservadores ao movimento feminista, visando um retrocesso nas conquistas já estabelecidas.

Por último nos detemos na monografia *Elas tornaram-se a mídia: Estudo do superfluxo da contrapropaganda da Marcha das Vadias de Santa Maria – RS*, defendida em 2013 no curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Maria. A autora, Kamykla Claudino Belli, analisa, através de grupos focais com mulheres de classes sociais diferentes, a recepção da Marcha das Vadias e da contrapropaganda (crítica popular à propaganda convencional) produzida pelo movimento.

---

*Marcha Das Vadias de Florianópolis/Sc em 2014*, trabalho de conclusão de curso de Ciências Sociais defendido por Nathália Dothling Reis na Universidade Federal de Santa Catarina em 2014; *Por saias e causas justas: Feminismo, comunicação e consumo na Marcha das Vadias*, dissertação de mestrado em Comunicação defendida por Beatriz Beraldo Batista na Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo em 2014; *Enunciados da Marcha das Vadias: Uma análise à luz das figuras de linguagem*, trabalho de conclusão de curso de Especialização em Gramática e Ensino de Língua Portuguesa defendido por Bhia Tabert Marcondes de Moura Gomes no Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2014.

O que os trabalhos mencionados oferecem para o que desenvolvemos aqui é o estudo das interações feministas online e suas implicações para além do ambiente virtual. No caso da Marcha das Vadias, a dissertação de Tainan Tomazetti mostra como a participação no ato presencial é construída no grupo online e como a marcha em si retorna à internet com a repercussão do ato pela distribuição das fotos, compartilhamentos e comentários. O trabalho de Natália Silveira, referente a um dos blogs feministas mais acessados do Brasil, destaca o papel dos blogs como principais formadores de feministas na atualidade, já que grande parte de nós teve o primeiro contato com o feminismo e suas pautas por esse meio, apesar de o contato com a violência estrutural de gênero ocorrer em nossa vida diária. Kamyla Belli, que também trabalha com a Marcha das Vadias, discorre sobre a recepção de mulheres da cidade ao movimento, bem como oferece o exemplo de um trabalho escrito por uma participante do grupo estudado, como será o caso deste.

O trabalho aqui desenvolvido se justifica primeiramente em relação aos estudos relacionados à internet e lógicas de atuação dos movimentos sociais contemporâneos, em especial das apropriações dos movimentos feministas das redes sociais online para sua atuação e propagação de suas pautas e demandas. Além disso, temos a intenção de colaborar com o registro acadêmico da atual movimentação feminista especificamente de Santa Maria, impulsionada nos últimos anos a partir das dinâmicas de organização online.

A metodologia da presente proposta de pesquisa centra-se na observação, coleta de dados e análise de dados coletados dos grupos *Marcha das Vadias Santa Maria* e *Feminismo SM*, entre março e setembro de 2015. No grupo da *JuNF*, esse material será coletado pelo perfil de uma das moderadoras, já que, como mulher branca, minha participação no grupo é vetada devido à política de auto-organização estabelecida.

Passado o período de observação, utilizaremos entrevistas abertas com as mulheres contatadas através dos grupos, a fim de coletar dados além dos que percebemos observando os grupos citados, como meio de compreender os modos de vida dessas jovens e, dessa maneira, analisar os fluxos de construção e atuação feminista de cada uma. Lançamos mão das entrevistas qualitativas por ser essa a melhor maneira de obter os dados básicos para compreensão da vivência das colaboradoras da pesquisa (GASKELL, 2002).

Apresentando as possibilidades da etnografia refletindo as especificidades da internet, Christine Hine (2000) afirma que essa pode ser utilizada na compreensão das tecnologias e das culturas em que são utilizadas. A autora aponta que etnógrafos já há algum tempo se atêm às interações online, mas critica a separação dessas interações do que se reconhece como “vida real”. Seu texto também explicita que nossos posicionamentos e discussões

virtuais de maneira nenhuma se descolam da realidade, de modo que através da observação da atuação online das participantes dos grupos e de suas entrevistas, podemos reconhecer suas trajetórias de construção feminista, analisando como as práticas da internet influenciam na vida cotidiana de cada uma.

Tendo em vista as colocações de Hine reivindicadas também por Fragoso, Amaral e Recuero (2009) sobre a internet como artefato cultural, reconhecemos essas práticas virtuais como parte da vida cotidiana das entrevistadas. Em ambos os textos, contudo, as autoras destacam a importância de entrevistas presenciais como complemento da observação dos dados online para real compreensão dos sujeitos estudados.

É preciso destacar que as mulheres participantes dos grupos que compõem essa investigação apresentam perfis diferenciados em termos de classe social, orientação sexual, cor/etnia, escolaridade, concepções de feminismo e identificação com diferentes correntes teóricas, além, é claro, de trajetórias pessoais distintas. Entretanto, reconhecemos a limitação do recorte trabalhado, já que todas as entrevistadas têm acesso à internet em suas casas e a maioria cursa alguma modalidade de ensino superior. Neste trabalho, investigamos suas diferenças e particularidades através do que as une: serem mulheres feministas.

Estabelecemos a utilização do viés interseccional desta análise feminista, que, como Guacira Lopes Louro (1997) pontua sobre os trabalhos de pesquisadoras feministas de outrora, é uma questão *interessada* do ponto de vista de alguém que almeja mudanças sociais e, nesse caso, vê a “conquista” de novas feministas com muita esperança. Uma perspectiva interseccional, ao deixar de encarar o patriarcado como a única estrutura opressora existente, mas perceber que essa estrutura resiste apoiada em outras (racismo, LGBTfobia, sociedade de classes), também deixa para trás a ideia de mulheres como um grupo uniforme, coerente e homogêneo (BUTLER, 2013) apontando, em vez disso, para as multiplicidades em que se constroem mulheres diversas e como suas lutas convergem mesmo quanto abrangem temas diferentes, de acordo com suas particularidades sociais, raciais, de orientação sexual ou identidade de gênero, entre outras.

A base teórica para este trabalho parte primeiramente das explorações de Manuel Castells (2013) sobre as comunidades virtuais, propondo pensar os fenômenos contemporâneos enquanto articulados e socializados em rede, em que pessoas que compartilham interesses em comum se encontram e se aproximam através dos espaços possibilitados pela internet, criando laços entre si, que transcorrem para além do ambiente digital – o que descreve perfeitamente os grupos de discussão com os quais trabalhamos.

Ainda segundo o autor, os movimentos sociais surgidos na chamada “Era da Informação” se distinguem dos movimentos sociais tradicionais quando, construindo suas lógicas na internet, visam o impacto global, ainda que se formem a partir de demandas locais. Castells reconhece a internet como espaço de disputa política, com o poder de democratização do discurso, embora também apresente ressalvas, já que mais da metade da população mundial continua sem acesso à rede.

Para o estudo e compreensão dos usos das redes sociais, Raquel Recuero (2009) evoca uma reflexão a respeito das formas de visibilidade dos usuários das redes sociais através das possibilidades ofertadas pela internet. Nessa perspectiva, é importante atentar para os elementos que constituem as vivências feministas das nossas entrevistadas através de seus posicionamentos na internet, construindo, assim, suas trajetórias feministas publicamente, tanto nos grupos quanto em seus perfis pessoais.

A autora destaca ainda ideias de comunidade e laços afetivos criados nessas relações mediadas, incluindo também a ideia de pertencimento. A ideia de pertencimento se faz útil para nossa análise dos grupos, onde observamos o alinhamento das participantes em certos debates, baseadas na identificação com suas práticas e perspectivas feministas diferentes.

Louro (1997) nos oferece algumas elucidações básicas sobre o estudo de gênero, como a distinção inicial, de caráter político, entre gênero e sexo. O último tende a ser socialmente compreendido enquanto fator biológico e o primeiro compreende-se como uma construção social pela qual se constituem as identidades dos indivíduos. Os estudos ancorados nessa perspectiva de gênero visam refletir sobre as práticas sociais ancoradas nessa diferença. A autora discorre também sobre os papéis sociais/sexuais, ou regras de gênero, ou seja, as expectativas às quais se espera que as pessoas correspondam em termos de identidade, comportamento, aparência, funções sociais, etc.

Judith Butler (2013), que reivindica um panorama pós-estruturalista dos estudos de gênero e sexualidade, pontua os entrelaçamentos das identidades de gênero com questões econômicas, raciais e de sexualidade, questionando a ideia de “mulher” proposta pelo feminismo tradicional, apresentada como um sujeito único, que desconsidera as diferenças e contradições de mulheres diferentes, o que dialoga diretamente com a perspectiva interseccional que orienta este estudo.

O trabalho se desenvolve, então, trazendo no capítulo 1 algumas considerações sobre as possibilidades de organização social através da internet, apoiadas principalmente nas reflexões de Castells (2013) a respeito da sociedade me rede. Trazemos também os conceitos

de redes sociais propostos por Scherer-Warren (2005) e Acioli (2007) e algumas experiências atuais do feminismo organizado em rede.

O capítulo 2 traz um breve histórico do movimento feminista, conforme Soares (1994), Toscano e Goldenberg (1992), e Sarti (2004). Em seguida refletimos brevemente sobre identidades feministas, com apoio nos trabalhos de Grossi (1998) e Woodward (2013), e relacionadas a isso, apresentamos as diferentes vertentes teóricas feministas que aparecem e, muitas vezes, se opõem nas dinâmicas dos grupos.

No capítulo 3, descrevemos a metodologia do trabalho, inspirada na etnografia virtual proposta por Hine (2000); passando pela coleta de dados nos grupos delimitados, conforme a observação proposta por Recuero (2014); e finalmente utilizando entrevistas com membros dos grupos. Também no capítulo metodológico apresentamos em mais detalhes os grupos trabalhados: *Marcha das Vadias Santa Maria*, *Feminismo SM* e *Juventude Negra Feminina de Santa Maria*.

Finalmente, no capítulo analítico apresentamos as categorias criadas para o estudo dos dados coletados dos três grupos, relacionando-as às falas das entrevistadas, em que relatam suas experiências com o feminismo online.

Esperamos com este trabalho realizar uma contribuição para os estudos sobre as novas manifestações do feminismo, agora se apropriando dos espaços online para difusão de suas pautas, acolhimento e empoderamento das mulheres. Da mesma forma, fica o anseio que cada vez mais outras, novas e diferentes mulheres possam abraçar trajetórias como as apresentadas por nossas entrevistadas.

# 1 INTERNET E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

## 1.1 Popularização e usos sociais da internet

O advento da internet, para além de facilitar o acesso a qualquer tipo de informação, nos ofereceu possibilidades inéditas em termos de comunicação interpessoal e, também, de organização social. A partir da liberação do polo emissor<sup>3</sup> (LEMOS, 2006), qualquer pessoa com acesso à rede pode produzir e divulgar seus próprios conteúdos. Os blogs ganharam popularidade nos anos 1990 e, na década seguinte, com maior difusão do acesso à internet, as redes sociais tornaram as interações online incrivelmente mais rápidas e frequentes. Atualmente, com cerca de 42% da população mundial conectada (conforme pesquisa realizada em 2014 pela consultora eMarket), nossa presença virtual é constante e as redes sociais, em especial, permitem diferentes e variadas formas de interação social.

Castells identifica no momento que vivemos a *Sociedade em Rede*, uma estrutura social mantida por redes de tecnologia de informação. Castells classifica esse modelo de desenvolvimento atual como *informacionalismo*, estabelecido através da reestruturação do capitalismo no final do século XX, orientado pela economia globalizada. O modelo se firma como organização social, econômica e cultural, não apenas em decorrência das mudanças no sistema econômico, mas também apoiado na política neoliberal, voltada a priorizar liberdades individuais, bem como nos avanços tecnológicos.

Esse conceito indica que a internet e as relações que nela se estabelecem não devem mais ser encaradas como elementos à parte da “vida real”, visto que passaram a mediar e permear nossas dinâmicas cotidianas. Ademais, as comunidades virtuais<sup>4</sup> ampliam as possibilidades de socialização por não estarem sujeitas às barreiras temporais e geográficas, permitindo interações entre pessoas e grupos espalhados pelo mundo. Nesse sentido, surgem comunidades centradas nos mais variados temas ou interesses, sendo que neste trabalho nos debruçamos especificamente sobre grupos feministas.

<sup>3</sup> Liberação do polo emissor se refere à possibilidade trazida pela internet de deixarmos de apenas consumir os conteúdos dos meios de comunicação de massa e passarmos a propagar online nossas próprias produções através de blogs ou outras plataformas, como o Youtube, por exemplo.

<sup>4</sup> Uma comunidade virtual pode ser entendida por “grupos de discussão e produção de conhecimento temático que desenvolvem a interação e conversa no ciberespaço por uma larga duração de tempo, gerando familiaridade, camaradagem e amizade entre os membros do grupo, podendo ultrapassar os limites da Internet e se estenderem para atividades e encontros no espaço social geográfico” (REINGHOLD, 1993 *apud* ANTOUN, 2004, p. 232).

Segundo Castells (2013), para compreender a sociabilidade na Sociedade em Rede, deve-se tomar uma noção de comunidade baseada não mais apenas em laços familiares ou territoriais, mas em afinidades pessoais que podem reunir indivíduos de locais diferentes que passam a estabelecer as mais diversas relações interpessoais. Excluída a limitação espacial, as redes sociais se formam a partir de interesses e estratégias dos próprios indivíduos ou grupos.

Sonia Acioli (2007) atenta para a banalização do termo “redes sociais” como tratando-se apenas dos sites de relacionamentos que conhecemos. Em sua explicação, a autora conceitua rede como um conjunto de relações sociais, uma organização entre indivíduos cujos limites e fronteiras podem ser múltiplos e variados, sujeitos a diversas reinterpretações.

Ainda segundo Acioli, as redes sociais se formam de maneira espontânea e informal, ainda que possam ser incentivadas por grupos ou mesmo indivíduos. Para ela, as redes possibilitam maior horizontalidade nas relações pessoais ou de trabalho, podendo, com isso, disfarçar desigualdades e hierarquias, que, contudo, continuam presentes como em qualquer outra estrutura social.

Marta Rizo García (2003, p. 2) se refere às redes sociais como “forma de intervenção social [...] que na maioria dos casos respondem a uma intenção específica de intervenção e melhora de uma comunidade social completa”. A partir das novas lógicas de sociabilidade online, surgem também novos formatos de organização civil e política através das mencionadas redes. Como aponta Castells:

Os movimentos sociais<sup>5</sup> do século XXI, ações deliberadas que visam a transformação de valores e instituições da sociedade, manifestam-se na e pela Internet. [...] O ciberespaço tornou-se uma ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques (CASTELLS, 2001, p. 114).

Esses movimentos, apesar de alicerçados na rede, agitam também as esferas públicas tradicionais. Como aponta García (2003), apesar das facilidades que a internet oferece para a troca de informações e experiências, os encontros presenciais são indispensáveis à formação de uma rede, em grande parte dos movimentos sociais contemporâneos. A exemplo

<sup>5</sup> Conforme Scherer-Warren (2005), podemos entender que um movimento social se constitui em torno de uma identidade ou identificação, definindo, a partir disso, seus adversários e opositores, bem como seu projeto, sua utopia, em um contínuo processo que resulta em múltiplas articulações desses aspectos, assim, a ideia de redes, serve como “um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos” (SCHERER-WARREN, 2005, p. 113).

da Primavera Árabe e do movimento *Occupy Wall Street*, cujas ações ganharam notoriedade mundial, outros grupos passaram a se organizar online e convocar ações presenciais em espaços públicos. No Brasil, as manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus em 2013, previamente agitadas nas redes sociais, reuniram milhares de pessoas nas ruas em diversas cidades do país, seguidas de protestos nas capitais contra a realização da Copa do Mundo de Futebol no ano seguinte.

Scherer-Warren (2005) propõe três características das redes sociais: *temporalidade*, *espacialidade* e *sociabilidade*. A primeira diz respeito à comunicação em tempo real possibilitada pela internet, que permite relacionar diferentes “tempos sociais”. Esses tempos são apresentados como o passado de tradição e indignação, aquilo que se pretende mudar; o presente de trabalho e protesto; e o futuro utópico, o projeto pelo qual se trabalha. A espacialidade se refere ao alcance global da internet e a relação entre territórios virtuais e presenciais. Por fim, a sociabilidade trata das novas relações sociais e suas dimensões na esfera pública virtual. Essa sociabilidade em redes se concretiza

através de articulações políticas entre atores e organizações, em espaços definidos pela conflitividade da ação coletiva, podendo então transcender os espaços de urgência da ação, onde se constroem em torno de identidades de caráter ideológico ou de identificações políticas ou culturais (SCHERER- WARREN, 2005, p. 86).

Relacionando essas categorias ao movimento feminista, que compõe nosso objeto de análise empírica, reconhecemos, em termos de temporalidade, a sociedade patriarcal (embora ainda se mantenha atual) como o passado sobre o qual refletimos e do qual queremos nos distanciar; o presente de indignação na própria luta feminista, que fora de uma cultura machista não teria razão de existir; e no futuro utópico a sociedade igualitária entre ambos os gêneros, em que mulheres teriam respeitados seus direitos reprodutivos e não seriam mais vítimas de violência doméstica e sexual, além de assédio e discriminação no trabalho, etc. A espacialidade da rede social nos garante a possibilidade de conhecer e apoiar iniciativas de pessoas ou grupos geograficamente distantes. Finalmente, a sociabilidade, nesse caso, se torna visível justamente na existência de redes virtuais de apoio entre grupos diferentes e de localidades diferentes, permitindo mobilização global a partir de acontecimentos remotos. Os grupos feministas que compõem nosso objeto empírico são também um exemplo dessa sociabilidade: mulheres que se encontram em um espaço online, através da identificação com o feminismo e pela necessidade de se articularem em função de demandas locais.

Castells (2013) também destaca que, para os movimentos sociais contemporâneos, a internet é o principal instrumento de comunicação com a sociedade, usada para veicular os debates que levantam sobre as transformações que almejam para essa sociedade. Para esses movimentos

a Internet é mais que um mero instrumento útil a ser usado porque está lá. Ela se ajusta às características básicas do tipo de movimento social que está surgindo na Era da Informação. E como encontraram nela seu meio apropriado de organização, esses movimentos abriram e desenvolveram novas avenidas de troca social, que, por sua vez, aumentaram o papel da Internet como sua mídia privilegiada (CASTELLS, 2013, p. 115).

O primeiro caso mencionado do uso da internet para mobilização social na América Latina é o do Exército Zapatista de Libertação Nacional, em 1995, por solidariedade ao povo indígena do estado mexicano de Chiapas. A partir daí, outros grupos puderam perceber o potencial da rede, aplicando o pensar localmente (respondendo a seus próprios interesses e identidade) e agir globalmente (CASTELLS, 2013), dando visibilidade às suas causas e possibilitando a conscientização e envolvimento de um número muito maior de pessoas e grupos para além do espaço de ação.

A partir das possibilidades do ativismo em rede, os movimentos sociais passaram a se organizar nas ambiências online. Fazendo uso das formas de visibilidade proporcionadas pela internet, esses grupos podem utilizar o espaço virtual como lugar de disputa por reconhecimento em sociedade. Grupos ambientais e que atuam em favor dos direitos dos animais, a exemplo do *Greenpeace*<sup>6</sup> e *Peta*<sup>7</sup>, reúnem ativistas e doações em dinheiro através de seus sites, além de divulgarem ações contra o desmatamento, rodeios, testes de laboratório em animais, etc. Grupos pelos direitos civis também utilizam cadastros por e-mail para divulgar abaixo-assinados e campanhas, como a *Anistia Internacional*, que recentemente lançou no Brasil a campanha “Jovem negro vivo”<sup>8</sup>, com apoio de artistas nacionais, e mantém seus seguidores informados sobre prisões políticas e comunidades em situação de risco. Atualmente, no Brasil, a Anistia Internacional se encontra mobilizada contra o projeto de redução da maioria penal, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados e seguirá para Senado.

O movimento feminista, em especial, faz uso de blogs e outras plataformas para, além de articular e visibilizar demandas e denúncias, procurar informar e educar mulheres e

6 Disponível em: <<https://doe.greenpeace.org.br/junte-se-a-nos/people>>. Acesso em: 30 out. 2015.

7 Disponível em: <<https://secure.peta.org/site/Donation>>. Acesso em: 30 out. 2015.

8 Disponível em: <<https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo>>. Acesso em: 30 out. 2015.

também homens em questões de gênero. Entre mulheres mais jovens, que já cresceram em contato com a internet, é comum que o primeiro contato com o feminismo tenha se dado através de blogs ou fóruns de discussão online, como os apresentados neste trabalho.

## **1.2 Organização online e feminismo em rede**

Segundo Castells (2013), os movimentos sociais contemporâneos, ainda que articulados pelas possibilidades oriundas da internet, estão essencialmente mobilizados em torno dos próprios valores culturais pelos quais se constituem, ou seja, eles se articulam em busca das mudanças nas estruturas sociais que lhes sejam mais significantes. O feminismo, dessa forma, luta pelos direitos das mulheres e luta contra a dominação patriarcal. Embora originado como movimento organizado já no século XIX, na atualidade ele se remodela, se utiliza e se constitui na internet.

Escrevendo sobre movimentos sociais de gênero, Gohn (2013) faz uma distinção entre movimento feminista e “movimento de mulheres”. Enquanto o primeiro diz respeito à luta pelos direitos das mulheres, a segunda categoria se refere às movimentações por melhorias para toda a população, protagonizadas por mulheres, como reivindicações por creches e escolas, melhores condições de vida e habitação. A autora explana que as mulheres não apenas estão presentes, mas são maioria, em grande número de movimentos além do feminista, como os sindicatos trabalhistas, por exemplo. Contudo, mesmo em maioria, em geral as mulheres apenas compõem as bases desses movimentos, pouco ou não ocupando cargos de direção<sup>9</sup>.

Castells (2002) analisa a ascensão do movimento feminista a partir da década de 1970 apontando as transformações globais ocorridas em termos econômicos, levando em conta a inclusão cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, bem como na educação, e aspectos tecnológicos, através dos métodos contraceptivos, que indiretamente permitiram às mulheres essa inserção. Além disso, reconhece a importância da rede global, através da qual se difundem as diversas ideias feministas, permitindo que mulheres em lugares diferentes percebam suas experiências compartilhadas.

<sup>9</sup> Paradoxalmente, à medida em que a maioria das mulheres ainda não ocupam cargos de direção, Gohn (2013) destaca a presença de lideranças femininas em ONGs e projetos solidários, a exemplo dos voltados para assistência de crianças e adolescentes e redes de economia solidária.

Scherer-Warren (2006, p. 116) destaca, entre os movimentos feministas, a Marcha Mundial das Mulheres, que considera “um caso emblemático de luta transversal de direitos para a América Latina e para a sociedade Global” por partir de reivindicações feministas e se aliar a outros movimentos de luta por terra, trabalho e moradia e pelo combate à miséria, caracterizando o ativismo em rede ao se alinhar com movimentos diversos na busca por direitos humanos. Essa transversalidade, presente nos movimentos contemporâneos, mostra a aplicação da ideia de atuação em redes de solidariedade, em que grupos percebem a convergência de suas lutas e a importância de se apoiarem uns aos outros.

A Marcha Mundial das Mulheres partiu de uma marcha realizada em 1995, no Quebec, em que 850 mulheres marcharam por 200 quilômetros sob o mote “pão e rosas”. A partir desse primeiro ato, as organizadoras entraram em contato com grupos de mulheres de outras partes do mundo, no caso do Brasil, com as mulheres da CUT (Central Única de Trabalhadores). Em 1998 aconteceu o primeiro encontro internacional da Marcha Mundial das Mulheres, onde 145 mulheres de 65 países elaboraram as pautas do grupo para o combate à violência contra a mulher e à pobreza. A MMM se posiciona enfaticamente como um grupo feminista e socialista, reconhecendo a interligação entre o sistema capitalista, a opressão patriarcal e a exploração indevida e exacerbada da natureza<sup>10</sup>.

A partir do ano 2000, a Marcha Mundial das Mulheres passou a organizar ações internacionais a cada cinco anos, para chamar atenção às demandas das mulheres em marchas simultâneas em diferentes lugares do mundo. A última ação internacional da MMM aconteceu em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, em 28 de setembro (Dia Latinoamericano e Caribenho de Luta pela Legalização do Aborto) de 2015. Além disso, a MMM também trouxe nos últimos anos debates sobre economia solidária, combate à pobreza, soberania alimentar, valorização do salário mínimo, entre outras pautas.

A exemplo da Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha das Vadias, surgida também no Canadá em 2011, teve sua popularização transcontinental possibilitada pela internet. A primeira *Slut Walk* foi realizada no Canadá após a fala infeliz de um policial na Universidade de Toronto, onde houve casos de estupro, fazendo com que a administração organizasse uma palestra sobre segurança<sup>11</sup>.

Nessa palestra, um policial disse que as mulheres deveriam evitar se vestirem como vadias (*sluts*) para prevenir os ataques. Indignadas, estudantes da universidade organizaram o

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>>. Acesso em: 22 set. 2015.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.slutwalktoronto.com/about/how>>. Acesso em: 24 set. 2015.

protesto, cuja linha central era o combate à culpabilização das mulheres nos casos de violência sexual. A partir da visibilidade na mídia, muitas mulheres se identificaram com a pauta da *Slut Walk*, que rapidamente se tornou um movimento conhecido e puderam-se organizar marchas em várias cidades da América do Norte, América Latina e Europa. No Brasil, a tradução quase literal, Marcha das Vadias, segue ocorrendo anualmente em várias capitais e algumas cidades do interior. As organizadoras convocam as manifestantes principalmente através do Facebook, onde os “eventos” dos atos somam milhares de participantes (apesar de obviamente números bem menores de pessoas realmente participarem).

Outros atos e campanhas feministas têm origem na internet, podendo ou não se transformar em atos presenciais. Campanhas pela legalização do aborto, pelo parto humanizado, contra a mídia machista e pela conscientização acerca da violência contra a mulher seguem mobilizando milhares de mulheres nas redes sociais. Em 2014, após divulgação de dados equivocados de uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada<sup>12</sup>, segundo os quais 65% dos brasileiros concordavam que mulheres que usam roupas curtas mereciam ser atacadas, a campanha “Não mereço ser estuprada”<sup>13</sup> se propagou rapidamente pelo Facebook – e seguiu após a divulgação dos dados corretos da pesquisa pelo instituto, que baixaram o número para 26% – contando inclusive com aderência de celebridades midiáticas e do meio artístico.

Uma iniciativa feminista mais direta na internet é o site *Women on web*<sup>14</sup>, mantido por um coletivo internacional de mulheres, que busca ajudar mulheres em situação de gravidez indesejada em países em que o aborto ainda é ilegal, enviando, mediante cadastro, pílulas e instruções para um aborto caseiro. O site também oferece pílulas anticoncepcionais e DIUs (o custo do último depende do local de residência e renda da requerente), bem como informações sobre métodos anticoncepcionais em diversas línguas. Atualmente o site tem um aviso destinado às brasileiras de que temos apenas 30% de chances de recebermos a encomenda, uma vez que, descoberta a existência do serviço, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária aumentou a fiscalização de correspondências internacionais na procura pelas pílulas.

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/para-65-mulher-com-roupa-que-mostra-corpo-merece-ser-atacada-12006214>>. Acesso em 1 nov. 2015.

<sup>13</sup> Página da campanha no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/diganaoamachismo>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

<sup>14</sup> Site. Disponível em: <<https://www.womenonweb.org/pt/>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

Scherer-Warren (2005) discorre ainda sobre o empoderamento de sujeitos através da atuação dos movimentos sociais nos projetos com que trabalham e na consolidação de identidades coletivas. Esse empoderamento se dá através da troca de experiências nessas redes, reconhecimento de si nas outras que compartilham das mesmas vivências e valores, participação em ações coletivas, que podem ser voltadas para arte e cultura na valorização desses sujeitos.

Na internet, as redes formadas por blogueiras, por exemplo, procuram visibilizar os trabalhos umas das outras formando parcerias e trocando divulgação de conteúdos. Artistas feministas que trabalham na valorização e autonomia das mulheres têm a possibilidade de divulgar seus trabalhos em blogs ou plataformas como o Tumblr, Instagram ou no próprio Facebook, onde se percebe mais claramente a atuação em redes de apoio através do constante compartilhamento de material de páginas parceiras, tanto pela identificação com o conteúdo quanto por oferecer visibilidade às menos conhecidas – já que o Facebook limita o alcance de páginas que não pagam por divulgação.

Os grupos virtuais e fóruns de discussão feministas, como os que analisamos neste trabalho, apresentam a possibilidade desse fortalecimento através da troca de conhecimento teórico e de experiências próprias que acontece entre as participantes dessas comunidades. Neles também se articulam ações que transcendem o meio virtual, como os protestos de rua, e até para além do próprio ativismo, como no caso de coletivos de arte, grupos de estudo ou mesmo iniciativas profissionais.

## 2 MULHERES EM LUTA

### 2.1 Um breve resgate histórico

Em sua famosa palestra no *TEDx*<sup>15</sup> chamada “*We should all be feminists*” (“Todas nós devíamos ser feministas”), Chimamanda Ngozi Adichie, escritora nigeriana, diz que feminista é “uma pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica entre os sexos”<sup>16</sup>. Simples e certa, essa definição passou a estampar camisetas pelo mundo quando a *popstar* negra Beyoncé a citou na música *Flawless*, em sua apresentação de 2014 no *Video Music Awards* – premiação de videoclipes do canal MTV, um dos maiores eventos do meio musical.

Rosemeri Knebel (2009) aponta que a primeira feminista de que se tem notícia foi uma escritora italiana chamada Christine de Pizan, que viveu na França, no século XIV, cujos escritos já reivindicavam a igualdade de gêneros. Pessoalmente, gosto de pensar que sempre houve mulheres que, muito antes de uma teoria feminista, questionaram seu papel na sociedade e desejavam, a seu modo, a equidade entre homens e mulheres.

Para Moema Toscano e Miriam Goldenberg (1992, p. 17), o movimento feminista, descrito como “ação organizada de caráter coletivo que visa mudar a situação da mulher na sociedade, eliminando as discriminações a que ela está sujeita” surge na Europa ocidental a partir do século XVIII, sob influência da Revolução Francesa. A partir disso, temos a luta das sufragistas do século XIX, posteriormente reconhecida como a “primeira onda” feminista (LOURO, 1997). Tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, mulheres começaram a se organizar para exigir o direito à participação política, bem como à educação, trabalho remunerado e direitos sobre seus bens (CHANTER, 2011).

O feminismo organizado no Brasil também começou com a luta pelo voto feminino, nas primeiras décadas do século XX. Observamos que tanto aqui quanto nos Estados Unidos e Europa, falamos de mulheres brancas, majoritariamente de classe alta (LOURO, 1997). Em 1919, Bertha Lutz, bióloga brasileira que estudara em Paris, criou a *Liga da Emancipação Feminina*, que em 1922 se tornou a *Federação Brasileira para o Progresso Feminino*. A

15 TED é uma organização sem fins lucrativos dedicada a “espalhar ideias”. Desde 1984, ela organiza conferências em vários países sobre diversos tópicos: científicos, culturais, sociais. Já o TEDx é composto de iniciativas independentes, nos moldes das palestras TED. Disponível em: <<https://www.ted.com>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

16 Disponível em: <[https://youtu.be/hg3umXU\\_qWc](https://youtu.be/hg3umXU_qWc)>. Acesso em: 30 set. 2015.

partir dos anos 1930, já havia grupos feministas em ação no Brasil (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992), embora a movimentação feminista pelo mundo até a década de 1960 tenha sido muito discreta (PINTO, 2010).

Para Toscano e Goldenberg (1992, p. 31), um marco fundamental para as mudanças no pensamento feminista e surgimento dessa segunda onda foi a publicação de *O Segundo Sexo*, obra de Simone de Beauvoir, lançada em 1949 e que se mantém até hoje como uma das maiores referências na literatura feminista.

Com o desenvolvimento do capitalismo, aliado à escassez de mão-de-obra durante a Segunda Guerra Mundial, houve uma inserção em massa de mulheres no mercado de trabalho, contudo, recebendo salários menores que os dos homens e acumulando o trabalho remunerado e o serviço doméstico e ainda o cuidado dos filhos, acarretando no que chamamos de dupla ou tripla jornada (KNEBEL, 2009). O feminismo negro frequentemente aponta nossa incoerência quando falamos dessa questão, uma vez que as mulheres negras sempre trabalharam fora de casa, então a inserção no mercado de trabalho não é uma demanda dessas mulheres (CARNEIRO, 2011).

Miriam Grossi (1998) atribui o início dos estudos de gênero à ebulição política em diversas partes do mundo ocidental, durante a década de 1960. Para ela, foi nos movimentos progressistas dessa época – maio de 68 em Paris, o movimento negro pelos direitos civis nos Estados Unidos e a luta contra a ditadura militar no Brasil – que as mulheres passaram a problematizar o fato de, mesmo militando lado a lado com os homens, ocuparem posições secundárias nesses movimentos. Também nos anos 1960 aparece grande discussão sobre a sexualidade, impulsionada pela comercialização da pílula anticoncepcional e pelo surgimento do movimento LGBT nos Estados Unidos (GROSSI, 1998).

Vera Soares (1994) remonta aos anos 1970 o estabelecimento do feminismo brasileiro, atrelado à luta pela democracia em meio ao regime militar (1964-1985). Isso porque grande parte da militância de esquerda era composta de mulheres e, eventualmente, essas militantes puderam inserir o debate de algumas pautas feministas (como trabalho, violência doméstica, aborto) nos partidos dos quais faziam parte.

Nos anos 1970 houve mudanças decisivas para as mulheres em muitas partes do globo. O ano de 1975 foi declarado pela Organização das Nações Unidas o *Ano Internacional da Mulher*, visibilizando pautas e discussões referentes aos direitos das mulheres. A pílula anticoncepcional, popularizada no final dos anos 1960, foi um fator decisivo da emancipação da mulher, que passou a ter em mãos um método confiável (embora

não infalível) de controle reprodutivo, ou seja, podendo escolher ter ou não filhos, ou quando tê-los, o que também contribuiu para maior liberdade sexual (SARTI, 2004).

Embora tenha muitos pontos comuns com a “segunda onda” feminista levantada nos Estados Unidos e Europa a partir dos anos 1960, marcado pela questão da libertação sexual, o feminismo brasileiro dessa época não se caracterizava como um movimento tão radical de libertação feminina devido ao contexto político da ditadura. Aqui, a subversão se deu quando as mulheres trocaram seus papéis convencionais no espaço doméstico e tomaram lugar na luta, inclusive armada, contra o regime militar (SARTI, 2004).

Referindo-se ao período citado, Soares (1994) trata primeiramente de “movimentos de mulheres” e não propriamente feministas, uma vez que antes da consolidação do movimento feminista em si, as mulheres, inclusive esposas e mães, participavam de outros movimentos políticos, como os partidos e também as organizações sindicais.

Nos anos 1980, acompanhando o processo de redemocratização do Brasil, já havia diversos grupos feministas organizados, principalmente nas grandes cidades e capitais. O feminismo também adentrou finalmente a academia, com o primeiro grupo de pesquisa em gênero do Brasil, o *Núcleo de Estudos da Mulher*, da PUC-RJ, criado em 1981 (BELLI, 2013).

No final dos anos 1980 se identifica então a “terceira onda” feminista, caracterizada pelo reconhecimento da pluralidade do sujeito mulher, ou seja, pela compreensão de que a opressão patriarcal se dá de maneiras diferentes a mulheres diferentes (GOMES; SORJ, 2014), reconhecendo as especificidades de mulheres negras, mulheres pobres, moradoras de periferia, passando a pensar também outros grupos marginalizados, como mulheres lésbicas e bissexuais, mulheres trans, as mulheres indígenas, prostitutas, portadoras de necessidades especiais, entre outras tantas particularidades que as mulheres apresentam.

Especificamente na cidade de Santa Maria atuou nessa época o grupo Germinal, formado por mulheres do movimento estudantil da UFSM. Em contato com outros coletivos feministas de outras partes do país, o Germinal trazia para a cidade os debates feministas travados na época e organizou, em 1988, o congresso que daria origem ao Movimento Mulheres de Santa Maria (MMS).

O Movimento de Mulheres de Santa Maria apresentava uma coordenação composta por mulheres militantes nas entidades partidárias, mas com inserção na comunidade. O MMS buscava preservar sua autonomia, evitando o aparelhismo do movimento em relação aos partidos políticos e aos sindicatos. Dessa forma, o MMS rompeu com as estratégias das organizações que objetivavam a arregimentação das mulheres para o ingresso nos partidos políticos ou no movimento sindical em detrimento do processo de construção e fortalecimento da identidade feminina (CHRISTO, 1998).

Em 1993 foi criado o coletivo Mulheres em Movimento, formado por mulheres ligadas a partidos políticos de esquerda e entidades religiosas. O grupo, que atuava como um conselho, encaminhava às instâncias administrativas propostas de melhoria para a vida das mulheres de Santa Maria (CHRISTO, 1998).

O movimento feminista esteve pouco presente na mídia entre os anos 1990 e a primeira década dos anos 2000. Apontado principalmente como um movimento retrógrado e desnecessário por pessoas e veículos midiáticos hegemônicos que afirmavam que já vivíamos em equidade de gêneros, o feminismo era evitado por grande parte das mulheres, embora essas reconhecessem as conquistas do mesmo.

Em 2010, a Fundação Perseu Abramo realizou uma pesquisa sobre a identificação de mulheres brasileiras com o movimento feminista. A pesquisa revelou que apenas 30% das mulheres se reconheciam feministas, sendo a maior parte mulheres jovens – 40% das meninas entre 15 e 17 anos e 37% de mulheres entre 25 e 34 anos (GOMES; SORJ, 2014).

Apesar de muitas mulheres ainda fugirem do “rótulo” de feminista, a luta pelos direitos das mulheres seguiu avançando e, em 2006, as brasileiras tiveram uma das maiores vitórias dos últimos anos, a Lei Maria da Penha – nomeada em homenagem a uma sobrevivente de violência doméstica. Essa lei

cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher<sup>17</sup>.

A Lei Maria da Penha representa, sem dúvida, um avanço para as mulheres brasileiras e um retorno a uma das demandas históricas dos movimentos feministas. Com ela, foi criada também a Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (GONÇALVES, 2013). Mesmo longe de erradicar a violência contra a mulher, a lei passa a evidenciar especialmente

<sup>17</sup> Lei Federal 11.340/2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.html)>. Acesso em: 20 set. 2015.

as agressões por parte de maridos e companheiros, ainda tão fechadas no ambiente doméstico – grande parte das vítimas ainda abdica de registrar as denúncias por medo ou vergonha. Contudo, quase dez anos depois de sancionada, a lei ainda apresenta falhas em sua aplicação e as medidas protetivas emergenciais não impedem as tentativas ou concretizações dos feminicídios<sup>18</sup>.

Na contemporaneidade, o feminismo articula novas estratégias na reivindicação de pautas antigas e de pautas que se renovam. Agora as feministas se organizam também em rede e podemos promover grandes ações, mobilizando milhares de mulheres, principalmente através dos sites de redes sociais. Além disso, a visibilidade tomada pelo movimento permite que mulheres cada vez mais jovens conheçam e se apropriem das pautas do feminismo, criando e transformando novas práticas de militância.

## 2.2 Atuações feministas online

Retomando as colocações de Scherer-Warren (2005) apresentadas no primeiro capítulo, a atuação em rede não diz respeito apenas à presença online, mas ao trabalho conjunto e interligado, ao compartilhamento de ideias e objetivos, que são, é claro, facilitados pela velocidade e dinâmica de interação proporcionadas pelos usos da internet.

Durante a IV Conferência Mundial de Mulheres, realizada em Pequim em 1995, uma equipe de mulheres de 25 países elaborou um espaço virtual com informações sobre todas as ONGs presentes na conferência e seus trabalhos, para que as mulheres que não tinham como comparecer ao evento pudessem se informar sobre as discussões e enviar suas opiniões por e-mail, a medida em que era considerado necessário e revolucionário que um grande número de mulheres pudesse estar elaborando políticas feministas à distância (MIGUEL; BOIX, 2013).

A partir das possibilidades online, passamos a ter articulações e movimentos feministas de caráter transnacional, ou seja, que se organizam ao redor das mesmas bandeiras ou de demandas semelhantes, em pontos diferentes do planeta. Os maiores exemplos desses movimentos são a Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Vadias.

<sup>18</sup> Chamamos *feminicídio* “o assassinato intencional de mulheres por homens, em função de seu gênero, em meio a formas de dominação, exercício de poder e controle sobre suas vidas” (GONÇALVES, 2013, p. 22). O termo foi utilizado pela primeira vez em 1976 por Diana Russel, no Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres, em Bruxelas (GONÇALVES, 2013).

As manifestantes se apropriaram e ressignificaram o termo *slut* (vadia), no sentido de que as mulheres são julgadas sempre que fogem ao comportamento ideal estabelecido e os xingamentos direcionados às mulheres sempre se referem a sua sexualidade/corporalidade. Dessa forma, essa reapropriação é explicitada em um dos motes da Marcha: “se ser livre é ser vadia, somos todas vadias”.

Observo aqui, tendo participado do movimento por três anos, que a reapropriação da palavra “vadia” funciona quase exclusivamente entre jovens, principalmente as universitárias já engajadas. Na minha experiência com o coletivo de Santa Maria, embora entendêssemos essa ressignificação, sempre tínhamos receio de que alguma mulher se ofendesse ao apresentar o movimento, por exemplo, em escolas ou, principalmente, com grupos de outras mulheres.

Em uma dada atividade, com mulheres de um assentamento do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), omitimos o nome do grupo, por compreender que a vivência distinta daquelas mulheres não abria espaço para que relacionam as suas práticas de vida e luta social aos sentidos expressos pela palavra “vadia”. Por fim, grupos de feministas negras se posicionaram fortemente contrários ao nome do movimento, pois não viam possibilidade de fazer coro a essa reapropriação face à herança escravocrata de objetificação e hipersexualização enfrentada pelas mulheres negras.

Outra crítica ao movimento da Marcha das Vadias é o viés individualista do feminismo que ele expressa (GOMES; SORJ, 2014). As palavras de ordem “meu corpo, minhas regras” chamam atenção para uma autonomia individual com o qual as mulheres jovens se identificam/expressam com facilidade, mas não incita a problematização do machismo sistêmico, seu entrelaçamento com outros sistemas opressores e a discussão sobre um projeto de sociedade feminista. Embora muitas manifestantes estejam também ligadas ao movimento estudantil e grupos de juventude combativos ao sistema capitalista, o apelo individual e em certo sentido liberal, se sobressai a outras discussões.

Esse individualismo também se observa em outros movimentos como a Marcha da Maconha, contemporânea e de organização similar à Marcha das Vadias. Nesse caso, os manifestantes reivindicam o direito individual ao consumo da planta, mas os interlocutores em geral falham em enriquecer o debate sobre a guerra às drogas, sua relação com a luta de classes, política, indústria, etc.

Infelizmente a Marcha das Vadias também não foge do histórico de movimentos feministas compostos por maioria de mulheres brancas de classe média, nesse caso, de estudantes universitárias e de vivências urbanas. A composição do movimento se diversifica,

contudo, na presença de mulheres lésbicas e bissexuais (GOMES; SORJ, 2014), cujas demandas encontram algum espaço entre as pautas da marcha.

Outro ponto polêmico da Marcha das Vadias é o uso do corpo à mostra como ferramenta de comunicação, ativismo e protesto. Explicávamos que, na marcha, nossos corpos deixavam de ser *objeto* de apreciação ou intervenção masculina e se tornavam *sujeito* da nossa luta, com palavras de ordem escritas nos braços, peitos e barrigas.

A organização das Marchas das Vadias em diferentes cidades ocorreu de maneira independente e autônoma, embora todos os grupos somassem vozes em demandas compartilhadas – fim da culpabilização das vítimas de violência, liberdade sexual, legalização do aborto – alguns tentaram inserir outras pautas, como igualdade salarial, combate ao racismo e à violência obstétrica.

Tomazetti (2015) pontua a importância das redes sociais, em especial o Facebook, para a organização e difusão desses atos. As campanhas de divulgação e “convocação” tanto para a marcha quanto para as reuniões de organização dessa ou de outras atividades, eram centralizadas, pensadas e operacionalizadas especificamente em função da rede social, que se tornou, igualmente para outros movimentos, o melhor canal de comunicação e diálogo, por reunir tantas pessoas e por ocupar um espaço centralizado nas suas práticas cotidianas.

Como pretendo mostrar neste trabalho, é através do Facebook que muitas mulheres têm hoje seu primeiro contato com o feminismo. Além dos grupos de discussão, muitas páginas feministas também conquistam mulheres na rede social, compartilhando conteúdo didático e de apoio. Além das páginas de movimentos e coletivos ativos ou páginas de blogs para divulgação de textos – *Blogueiras negras*<sup>19</sup>, *Blogueiras feministas*<sup>20</sup>, *Lugar de mulher*<sup>21</sup>, *Think Olga*<sup>22</sup> – e páginas autônomas destinadas ao compartilhamento de conteúdo – *Feminismo sem demagogia*<sup>23</sup>, *Por uma cerveja feminista*<sup>24</sup>, *Empodere duas mulheres*<sup>25</sup> –, também são populares as páginas pessoais de ativistas de grande visibilidade – como a

<sup>19</sup> Blog colaborativo dedicado ao feminismo negro. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/>>. Acesso em: 9 nov. 2015.

<sup>20</sup> Blog colaborativo dedicado a textos feministas em geral. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/>>. Acesso em: 9 nov. 2015.

<sup>21</sup> Blog feminista com textos curtos e ilustrados, acompanhando pautas atuais. Disponível em: <<http://lugardemulher.com.br/>>. Acesso em: 9 nov. 2015.

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://thinkolga.com/>>. Acesso em: 9 nov. 2015.

<sup>23</sup> Página do Facebook dedicada ao compartilhamento de conteúdo feminista. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Feminismo-Sem-Demagogia-Original>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

<sup>24</sup> Página do Facebook dedicada ao compartilhamento de conteúdo feminista. Disponível em: <<https://www.facebook.com/PorUmaCervejaFeminista>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

<sup>25</sup> Página do Facebook dedicada ao compartilhamento de conteúdo feminista. Disponível em: <<https://www.facebook.com/empodereduasmulheres>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

estudante de Pedagogia e modelo transexual brasileira Maria Clara Araújo, e a filósofa, mestranda em Sociologia e colunista da *Carta Capital*, Djamila Ribeiro –, cujos textos, compartilhados por centenas ou milhares de perfis pessoais, visam, em geral, informar de maneira simples e direta inclusive sobre questões problemáticas de dentro do próprio movimento feminista ou outros movimentos sociais, como casos de racismo e transfobia (a discriminação contra pessoas transexuais).

A partir do alcance da rede social, percebendo o engajamento de mulheres que essa permite, surgem iniciativas na rede para serem executadas além dela. É o caso do projeto *Vamos juntas?* da jornalista Babi Souza, portoalegrense de 24 anos. Pensando no medo que sentimos ao andar sozinhas na rua, Babi teve a ideia de criar uma campanha para que as mulheres se unissem nesses trajetos. A página do Facebook ganhou 5 mil *curtidas* nas primeiras 24 horas e hoje, com mais de 200 mil seguidoras, Babi dá palestras sobre sua iniciativa e largou seu emprego formal para se dedicar totalmente ao projeto, que tem um aplicativo para celular em desenvolvimento com a empresa ThoughtWorks.

No segundo semestre de 2015, enquanto escrevo este trabalho, mais atos feministas são convocados online, desta vez em repúdio ao PL 5069/2013, de autoria do deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), presidente da câmara. Se aprovado, o projeto dificultaria o atendimento a vítimas de estupro, exigindo provas físicas do crime, e proibiria o fornecimento da pílula do dia seguinte, contraceptivo emergencial, alegando ser esse um método abortivo, sob pena de prisão para quem o fizer<sup>26</sup>.

Como outras, essa campanha se alastra nas redes sociais e também convoca para atos presenciais, tendo sido realizado um ato nacional, ou seja, manifestações simultâneas em várias cidades do país (inclusive Santa Maria), no dia 13 de novembro.<sup>27</sup> Os atos pedem a cassação do mandato de Cunha, que além de se posicionar constantemente contra as mulheres e minorias sociais – o deputado é autor do projeto de instituição do “dia do orgulho heterossexual”<sup>28</sup> e articulou a votação pela redução da maioria penal<sup>29</sup>, que atinge diretamente a juventude negra – é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro.

Esses são, a meu ver, alguns exemplos do que Miguel e Boix (2013), que atribuem às feministas jovens o protagonismo do que chamam de *ciberfeminismo* – devido à maior

<sup>26</sup> Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/23/politica/1445557952\\_906110.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/23/politica/1445557952_906110.html)>. Acesso em: 15. nov. 2015.

<sup>27</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/856240167823112>>. Acesso em: 15. nov. 2015.

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=510199>>. Acesso em: 15. nov. 2015.

<sup>29</sup> Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/20/politica/1440027290\\_889612.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/20/politica/1440027290_889612.html)>. Acesso em: 15. nov. 2015.

familiaridade com as máquinas e meios eletrônicos – propunham sobre o desenvolvimento de políticas feministas adequadas à cultura contemporânea. Iniciativas pensadas para as mulheres tanto individualmente quanto para a coletividade.

### **2.3 Identidades feministas**

Conforme Miriam Grossi (1998) as identidades de gênero são socialmente construídas, mas indeterminações sobre os comportamentos de homens e mulheres, articulados por uma diversidade de discursos e práticas sociais que visam justificar e produzir certos comportamentos. Além disso, a autora apresenta uma profícua discussão sobre a produção do conhecimento científico, na interface das dinâmicas do gênero e da não-neutralidade da ciência, cuja voz ainda é masculina, branca, heterossexual.

Grossi (1998) escreve sobre o que chamamos de papéis de gênero, ou seja, o comportamento que se espera socialmente de homens e mulheres, baseado nas relações entre esses gêneros, e como o movimento feminista combate esses papéis impostos às mulheres – de castidade, esposa, mãe, padrões de beleza, etc.

Sendo o patriarcado enraizado nas bases da sociedade que conhecemos, identificar-se feminista implica em uma posição de constante questionamento e oposição a uma infinidade de práticas sociais aceitas dentro da normalidade.

As identidades coletivas em um movimento social, para Scherer-Warren (2005, p. 79), se constituem em um processo de “identificações sociais, éticas, culturais e/ou políticas”; “trocas, negociações e definições de campos de conflito e resistência aos adversários e os mecanismos de discriminação ou dominação [...] que definem seus adversários” e “a definição de seus objetivos ou projetos”.

O movimento feminista é tão heterogêneo quanto as realidades das mulheres que o compõem, e os princípios desse movimento estão em constante disputa, como exemplificaremos adiante neste trabalho. Enquanto algumas pautas são universais, como o combate à violência de gênero e o direito à autonomia do corpo, outras são pontos de debates acirrados, como pornografia, prostituição e inclusão de mulheres trans e homens no feminismo.

Kathryn Woodward (2012) aponta que a construção das identidades é marcada pela demarcação das diferenças e é sustentada pelos sistemas de inclusão/exclusão simbólica e social daqueles(as) identificadas como outro. Em comparação com o conflito que a autora

relata, percebemos nos debates entre feministas que reivindicam diferentes vertentes teóricas as constantes demarcações de seu local de fala e a defesa do “seu feminismo” como sendo, muitas vezes, o mais correto, justo, combativo ou inclusivo, enquanto, apesar das divergências principalmente teóricas, as feministas parecem lutar por um projeto semelhante, o fim da opressão patriarcal.

O *feminismo radical* aponta o patriarcado como raiz da opressão da mulher na sociedade e reivindica a abolição do gênero. As feministas radicais consideram o Estado um aparelho de dominação do patriarcado, por isso parte delas se identifica também com o anarquismo. Para Elisabete Rodrigues da Silva (2008), a pluralidade de ideias feministas surgida a partir dos anos 1970 desmobilizou o feminismo radical, que se focava na ideia de uma categoria uniforme de mulheres unidas pela experiência de opressão compartilhada.

Atualmente, nos fóruns virtuais e blogs, encontramos feministas identificadas com a corrente radical resgatando esses conceitos e outros como *lesbianismo político* – o amor entre mulheres como afirmação política<sup>30</sup> e a *heterossexualidade compulsória* – a ideia de que a atração pelo sexo oposto não é natural, mas instituída socialmente (Schwade, 2010). As feministas radicais são contrárias à inclusão de homens no feminismo, baseadas na ideia de que a *socialização masculina*, ou seja, ser criado como homem, torna essas pessoas inevitavelmente opressoras de mulheres. Essa questão se torna polêmica quando se trata da participação de mulheres trans no feminismo.

O *feminismo negro*, que ainda luta por espaço e visibilidade, se faz presente também na leva de iniciativas online, através de blogs como o *Blogueiras negras* e páginas no Facebook como *Preta e acadêmica*, além dos perfis pessoais de feministas negras que se tornaram conhecidas por aparições na televisão, como é o caso da já citada Djamila Ribeiro, por seus blogs, como Jéssica Ipólito, do blog *Gorda e sapatão*<sup>31</sup>, ou por grande número de compartilhamentos de suas postagens no próprio Facebook, como Stephanie Ribeiro, arquiteta paulistana. As feministas negras reivindicam a interseccionalidade de gênero e raça ao debate feminista (SOARES, 1994), visto que a opressão patriarcal se dá de maneira diferente sobre mulheres brancas e negras. O fator de classe também se coloca nessa intersecção, visto que o privilégio econômico também é decisivo nas possibilidades de emancipação e empoderamento das mulheres.

<sup>30</sup> Disponível em: <<https://materialfeminista.milharal.org/2012/10/27/traducao-lesbianismo-politico-a-causa-contra-a-heterossexualidade-primeira-parte/>>. Acesso em: 3 out. 2015.

<sup>31</sup> Blog sobre racismo, lesbianidade, feminismo e *body positive*. Disponível em: <<http://gordaesapatao.com.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

As *transfeministas*, ativistas por um feminismo inclusivo às mulheres transexuais, encontraram nas redes sociais um meio fértil para expor suas ideias e reivindicações, bem como para reunir aliadas tanto do movimento feminista quanto LGBT. Para Jaqueline de Jesus (2013), as transfeministas brasileiras estão construindo seu movimento moldado à própria voz e vivência, em vez de “importar” conceitos prontos de debates estrangeiros, o que lhes garante o total protagonismo de sua luta. Exemplos desse protagonismo nas redes sociais são as páginas *Travesti Reflexiva*<sup>32</sup> e *Travesti Marginal*<sup>33</sup>, que suscitam o debate transfeminista do local de fala da própria vivência transexual.

A ideia de um *feminismo interseccional* se origina a partir das colocações do feminismo negro, de que o feminismo “convencional” não discutia os privilégios de algumas mulheres com relação a outras, ou seja, não tinha espaço para as mulheres negras, lésbicas, operárias, etc. Dessa forma, esse feminismo, cuja discussão se originou nos Estados Unidos, se orienta pelo reconhecimento de múltiplas opressões, que não são hierarquizadas, mas se sobrepõem. Em 1983, Audre Lorde, poetisa feminista negra, lésbica e socialista, escreveu:

Dentro da comunidade lésbica eu sou negra, e dentro da comunidade negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão de negros, porque milhares de lésbicas e gays são negros. Não existe hierarquia de opressão<sup>34</sup>.

As feministas interseccionais reivindicam pautas para além dos direitos das mulheres, como o combate ao encarceramento em massa e extermínio da juventude negra (que ocorrem tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos e outras partes do globo) e a oposição ao modelo econômico capitalista, que aprofunda as diferenças entre homens e mulheres ao pagar menos pela força de trabalho feminina (MÉNDEZ, 2004). Para Gomes e Sorj (2014), atualmente são as feministas jovens, negras e periféricas que se encontram e fortalecem essa identidade.

Para além das questões raciais, classistas e LGBT, também se entrelaça ao feminismo interseccional o ativismo vegano<sup>35</sup>. Carol J. Adams (2012) apresenta um estudo relacionando o consumo de carne à masculinidade e a exploração dos animais não-humanos à sujeição das

<sup>32</sup> Página no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/travestilidade/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

<sup>33</sup> Página no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/travestideverdade/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

<sup>34</sup> Texto original. Disponível em: <<https://lgbt.ucsd.edu/education/oppressions.html>>. Acesso em: 3 out. 2015.

<sup>35</sup> Veganismo é o movimento pela libertação animal, caracterizado pela abolição do uso de qualquer item cuja produção implique no sofrimento de animais – carne, ovos, leite, couro, cosméticos com ceras ou óleos de origem animal ou testados em animais.

mulheres na sociedade, com pontuações sobre questões raciais e econômicas acerca da indústria da carne e sua propaganda. Com a crescente visibilidade tanto do feminismo quanto do veganismo, o debate sobre o veganismo feminista cresce também na internet.

Dois exemplos no Facebook são o grupo *Ogras veganas*, criado por dissidentes do *Ogros veganos* (maior grupo brasileiro de troca de receitas veganas), incomodadas com situações machistas no grupo e falta da discussão sobre gênero; e a página *Sim, sou vegana e feminista preta*, que problematiza o racismo existente no debate entre as duas linhas de ativismo, especialmente no veganismo, cuja discussão ainda se concentra entre as classes mais abastadas.

Butler (2013) aponta alguns problemas políticos atuais do movimento feminista. Para a filósofa, a figura da “mulher” tida como sujeito do feminismo não dá conta da multiplicidade desse sujeito, enquanto o gênero se entrelaça a questões de classe, étnico-raciais, de orientação sexual, entre outras.

Este trabalho se orienta, então, pelo viés do feminismo interseccional, com o qual pessoalmente me identifico por acreditar que nossa luta só é coerente quando enxergamos o todo, e que um projeto de sociedade verdadeiramente igualitária passa pela eliminação de todas as estruturas opressoras que ainda nos rodeiam.

## 3 METODOLOGIA

### 3.1 Observando interações online

Fragoso, Recuero e Amaral (2011) descrevem estudos de inspiração etnográfica como aqueles que não utilizam propriamente a etnografia como método, mas que se apropriam de “protocolos metodológicos” característicos dela (p. 168). Entre esses estudos, se encontra a *etnografia virtual* proposta por Hine (2000). Nessa perspectiva o “campo” a se inserir pode ser compreendido como os fóruns e comunidades online, onde se observam as interações e dinâmicas de cada grupo, sejam esses formados no próprio ambiente virtual ou organizações pré-existentes que passem a se articular também na internet.

Já Hine (2000) afirma que as práticas sociais mediadas por computador são um *lugar* rico em interações que constituem culturas próprias, de modo que estudá-las através de uma perspectiva etnográfica contribui para uma visão da internet como cultura em que se estuda também os usos que as pessoas criam para as tecnologias a seu alcance. Dessa forma, o ciberespaço se mostra um campo etnográfico plausível que deve ser considerado em função das especificidades das práticas nele realizada e dos procedimentos de pesquisa articulados.

Além disso, a autora pensa a internet como um “artefato cultural” da atualidade, à medida em que seus códigos e sua linguagem fazem parte do nosso cotidiano. Embora ainda metade da população mundial não tem acesso à rede, as práticas daqueles que possuem assumem significados distintos para pessoas diferentes, dependendo do contexto em que estão inseridas e das apropriações que são realizadas.

Apesar das críticas existentes a essas apropriações da etnografia tradicional, especialmente pela ausência da imersão em campo e do estranhamento causado por esse deslocamento, Hine explana a abordagem etnográfica como uma experimentação, adaptada à contemporaneidade, que tenta dar conta da complexidade da internet e das relações que nela se estabelecem, mas que não estão separadas da vida off-line. Para Hine,

podemos ajudar a entender os fenômenos digitais tentando adquirir nossa própria experiência autêntica desses fenômenos como etnógrafos inseridos, incorporados, e refletindo constantemente sobre o que sabemos e como o sabemos. [...] Refletir sobre como sabemos o que sabemos sobre uma situação provavelmente seja a parte mais significativa da etnografia em ambientes digitais (HINE, em entrevista a BRAGA, 2009, p. 2).

Em diálogo com a fala de Hine, Fragoso (2011) menciona o pesquisador *insider*, cujo trabalho é afetado por suas experiências pessoais com o grupo observado, o que tem implicações tanto positivas quanto negativas. Nesse caso, deve-se atentar para um distanciamento estratégico do objeto de pesquisa, de modo que a proximidade do pesquisador não comprometa a interpretação dos resultados.

Dessa forma, aplicamos os princípios da etnografia virtual na observação dos grupos mencionados, de onde coletamos material para compreender as discussões travadas nesses grupos e as relações que se dão entre as participantes a partir desses debates, bem como reconhecer iniciativas para além das atividades do grupo, como a inserção em novos grupos de discussão ou participação em eventos e cursos.

### 3.2 Técnicas de pesquisa

Empregamos na primeira parte do trabalho a observação dos grupos *Marcha das Vadias Santa Maria* e *Feminismo SM*. Tendo participado desses grupos há bastante tempo, publiquei em ambos que os estaria estudando e convidando as participantes que se identificassem com a proposta para entrevistas posteriores. Durante a observação, não alterei minha participação nos dois grupos. Havia me afastado discretamente do primeiro, como explicarei melhor ao apresentar o histórico dos grupos mais adiante; e segui participando ativamente do segundo. No grupo da *Juventude Negra Feminina de Santa Maria*, a observação se dará mediada por uma das moderadoras, através de sua conta no Facebook, devido à política de auto-organização. Dessa forma, optamos por não classificar a observação dos grupos como *observação participante*.

A observação dos grupos é fundamental para nossa coleta de dados pois é nas discussões travadas nesse ambiente online que percebemos como ocorrem as relações dentro dessas comunidades, assim como os focos de cooperação ou conflito, que refletem as tensões do movimento feminista atual. Sendo assim, entre os dados coletados procuramos especificamente as postagens mais comentadas, em que houvesse mais debate e/ou divergências de opiniões.

Meu intuito de observar os grupos foi informado às participantes de todos os três, através de postagem nos próprios grupos (embora eu não possa garantir que todas as participantes tenham visto as postagens em que falo do trabalho, ou, no caso da *JuNF*, a postagem da administradora do grupo que menciona o trabalho). Contudo, foi acordado com

as moderadoras que, além de não revelar identidades, eu não deveria tampouco expor discussões ou depoimentos muito pessoais.

Para a segunda parte do trabalho empregamos entrevistas abertas, sendo selecionadas duas participantes de cada grupo para falar sobre suas trajetórias feministas. Entre as voluntárias para as entrevistas (que contatei através de postagens nos grupos de que participo e pessoalmente no caso da *JuNF*), procuramos perfis diversificados entre idade, classe social, orientação sexual e identificação com diferentes teorias/práticas feministas, buscando alguma pluralidade nos depoimentos (GRISA, 2003).

Para conhecer devidamente os sujeitos e transmitir propriamente seus relatos, investimos na narrativa de vida (BERTAUX, 2010), através da qual as entrevistadas relatam seu reconhecimento e experiências como feministas. Para tanto, utilizamos entrevistas abertas, ou seja, relatos quase sem interferência da entrevistadora (ROSA; ARNOLDI, 2008) crendo que seja a técnica mais adequada à temática das trajetórias feministas que abordamos, possibilitando que as entrevistadas sintam-se à vontade para relatar suas vivências.

### **3.3 Apresentação dos grupos estudados**

#### **3.3.1 Marcha das Vadias Santa Maria**

O grupo, criado por mim no primeiro semestre de 2012, possui atualmente 5.504 membros. Tem esse nome porque a princípio serviria apenas para o agendamento das reuniões de construção da primeira Marcha das Vadias da cidade de Santa Maria e algum outro contato entre as pessoas envolvidas que fosse necessário à construção do ato, que foi às ruas em julho daquele ano. A Marcha das Vadias de 2012 foi idealizada primeiramente por integrantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFSM e de alguns grupos do movimento estudantil ou de juventude, somando-se a essas, pessoas não organizadas em grupo algum, que, como eu, tiveram ali seu primeiro contato com um movimento social.

Ao longo da construção da marcha, as participantes adicionavam suas próprias amigas feministas, bem como amigos apoiadores ao grupo, então aberto, para que se somassem ao ato. Depois da primeira marcha, o grupo continha em torno de 500 participantes e a dinâmica básica de debate já estava estabelecida: compartilhava-se uma notícia relacionada às lutas feministas e a discussão seguia nos comentários. Nas semanas seguintes ao ato, foram compartilhados textos dos jornais locais sobre a marcha, incluindo cartas de

leitores indignados (principalmente com a exposição dos corpos), de modo que o grupo serviu de espaço de debate sobre a recepção de Santa Maria ao movimento.

No segundo semestre de 2012, algumas organizadoras da Marcha das Vadias planejaram a criação de um coletivo feminista a partir do ato, a fim de dar continuidade aos debates levantados na construção da marcha. Nos dois anos seguintes, o coletivo foi responsável pela organização das marchas e de alguns atos de rua contra a violência contra a mulher, além da manutenção da página e grupo no Facebook. Todos os membros do coletivo eram moderadoras do grupo, mas a tarefa foi centralizada – por afinidade com a tarefa ou maior disponibilidade online – por poucas integrantes, nas quais me incluo.

Em 2013, o grupo tinha mais membros e maior visibilidade, de modo que foi principalmente através dele que chamamos a organização da marcha seguinte. Uma campanha foi elaborada pelo coletivo e divulgada na página da Marcha das Vadias, em nossos perfis pessoais e em grupos feministas. O grupo já tinha maior alcance que a página, que tem hoje 2.853 “curtidas”, especialmente devido à limitação que o Facebook impõe ao alcance das páginas que não pagam por divulgação. Naquele ano, alteramos a privacidade do grupo para que os novos membros passassem por aprovação das moderadoras, principalmente para evitar *spam* e propaganda, já que grupos com grande número de membros são alvo de perfis falsos, vendedores, etc.

As discussões, com o tempo, se tornaram mais complexas, para além de notícias de feminicídio ou violência doméstica, passando a questionamentos sobre nosso próprio comportamento, manifestações sutis do machismo na vida diária. Houve algumas poucas discussões envolvendo homens. Alguns vinham até o grupo falar contra o feminismo e as feministas, e criamos então a regra de argumentar com eles enquanto possível e quando passassem ao desrespeito seriam removidos do grupo, mediante aviso.

A segunda Marcha das Vadias de Santa Maria aconteceu em julho de 2013 e, apesar da divulgação relativamente ampla – centrada no Facebook, mas contando também com cartazes de rua e atividades formativas prévias – foi significativamente menor que a primeira, principalmente devido ao mau tempo (chuva leve e temperatura abaixo de 10°C). Ali decidimos que, por estarmos sujeitas ao inverno rigoroso, não teríamos mais condições de acompanhar o calendário nacional – encabeçado pelas marchas de São Paulo e Rio de Janeiro, as maiores do Brasil – que havia pautado as datas das duas marchas até então.

Passada a segunda marcha, o grupo firmou o nome entre as feministas jovens da cidade, que se aproximavam através do grupo do Facebook e eventualmente colaboravam com outras atividades. No segundo semestre de 2013 mobilizamos um ato “pela vida das

mulheres”, em protesto a dois feminicídios ocorridos em Santa Maria na mesma semana e contra o Estatuto do Nascituro<sup>36</sup>, pelo direito ao aborto legal. Todos os atos eram anunciados por eventos no Facebook e havia grande número de confirmações, embora o número de pessoas que de fato compareciam aos atos sempre fosse menor, chegando a ser menos da metade das confirmações na rede social.

No ano de 2014 o grupo chegou ao auge de movimentação. Como moderadora, eu recebia vários pedidos de entrada diariamente, e o grupo recebia várias postagens por dia, às quais se seguiam debates intensos. Nesse período os desentendimentos dentro do grupo mudaram: em vez de homens apenas contrários ao feminismo, passamos a ter o que nos grupos chamamos de *feminista* ou *esquerdomacho*. Nos grupos, falamos de dois tipos de *esquerdomacho*: o militante de esquerda que considera o feminismo secundário para os movimentos sociais, não raro apontando as pautas das mulheres como preocupações burguesas; ou o militante que, em público, apoia o movimento feminista, mas que desrespeita as mulheres (namoradas ou companheiras, irmãs, mães) em suas relações pessoais. Atribui-se ao *esquerdomacho* o discurso de que contestar atitudes machistas, e até mesmo agressões, de companheiros de movimento, coletivo ou partido fragmenta a luta.

Já o *feminista* é o homem que, munido de teoria e engajado em discussões sobre gênero, se acha tão apto quanto as mulheres para debater e formular o feminismo, sem reconhecer seus privilégios masculinos tampouco respeitar a vivência das mulheres. Nas discussões virtuais, aponta-se como *feministas* aqueles homens que se dizem oprimidos pelas mulheres quando elas reivindicam o protagonismo do movimento ou espaços auto-organizados. O *feminista* e o *esquerdomacho* são figuras extremamente comuns no movimento estudantil e, sendo um grupo misto, apareciam com frequência no grupo da Marcha das Vadias.

Mesmo na fase mais intensa, foram poucas expulsões do grupo, considerando-se o número de membros. A maior incidência de atritos foi próxima do final do ano, concomitante à organização da marcha de 2014. Com várias integrantes do coletivo em final de graduação e outras afastadas por diversos motivos, a moderação do grupo ficou apenas a cargo de uma companheira e eu. Foi quando se intensificaram as discussões hostis com homens e algumas

<sup>36</sup> Projeto de lei dos deputados Luiz Bassuma (PT/BA) e Miguel Martini (PHS/MG), que visa conceder ao nascituro, ou seja, o feto não-nascido, proteção integral. Na prática, inviabilizaria o aborto nos casos em que a justiça brasileira atualmente permite (caso de estupro, risco de morte da mãe ou feto anencéfalo). O projeto causou mobilização massiva de feministas no país e atualmente aguarda parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=443584](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=443584)>. Acesso em: 9 nov. 2015.

mulheres passaram a nos achar “radicais demais” por “não aceitar” o que os homens tinham a dizer. Por último, algumas nos acusaram de posturas agressivas e silenciamento de outras mulheres no grupo. Passado esse episódio, a outra companheira e eu deixamos a moderação do grupo. Em seguida algumas das mulheres mais jovens ativas no grupo se organizaram e criaram o *Feminismo SM*, somente para mulheres, pois se sentiam acuadas nas discussões do grupo misto.

A construção da Marcha das Vadias 2014 foi novamente chamada pelo grupo. Na primeira reunião somaram-se cerca de quarenta pessoas, mas esse grupo diminuiu a cada reunião semanal, até que apenas o coletivo e mais poucas apoiadoras efetivamente deram conta da organização. A marcha saiu em novembro, próximo ao dia 25, dia internacional de combate à violência contra a mulher. Apesar do tempo bom, foi também um ato pequeno, e pela falta pessoas apoiando a organização, o trajeto também foi encurtado. Devido à desmobilização geral, não houve uma reunião de avaliação da marcha, como fizéramos de todos os atos até então.

O coletivo só se reuniu novamente em 2015, para uma avaliação final e encerramento oficial das atividades. A companheira mencionada anteriormente voltou à moderação do grupo e alterou a privacidade para “secreto”, de modo que ele não aparece mais no diretório de pesquisa do Facebook, e apenas membros antigos podem adicionar novos, mediante aprovação das moderadoras. Com a atividade do novo grupo auto-organizado, o número de postagens no *Marcha das Vadias Santa Maria* caiu drasticamente, e as interações quase sempre se limitam a “curtidas”, pois a maioria dos debates políticos agora são centralizados no *Feminismo SM*. No período da coleta de dados no grupo, o número de membros diminuiu em mais de cem pessoas, enquanto no *Feminismo SM* esse número aumentou praticamente na mesma medida.

### 3.3.2 Feminismo SM

O grupo *Feminismo SM* foi criado ao final de 2014 por participantes do *Marcha das Vadias Santa Maria* descontentes com os debates do grupo misto, por se sentirem constantemente silenciadas por homens. Atualmente possui 618 membros. A proposta era um espaço seguro, exclusivo para mulheres, para discutir temáticas relativas ao feminismo. As criadoras do grupo são mulheres de 16 a 20 anos, estudantes de ensino médio, cursinho pré-vestibular e ensino superior. O grupo sempre teve o modo de privacidade secreto: não aparece

no diretório de pesquisa do Facebook (exceto para membros), de modo que o acesso se dá apenas por convite de uma amiga que já participe do grupo.

As primeiras postagens do grupo tinham caráter de denúncia. As participantes – na maioria estudantes secundaristas – publicavam *prints* de postagens machistas de colegas ou conhecidos, mostrando como desconstruíam seus discursos nos comentários ou às vezes pedindo ajuda para contra-argumentar. A mesma dinâmica do grupo anterior, link seguido de discussão nos comentários, também segue funcionando. A principal diferença com relação ao *Marcha das Vadias Santa Maria* é que, em um grupo só de mulheres, todas se sentem mais seguras e confortáveis para exporem posições ou relatos mais pessoais.

Existe no grupo um consenso de que não se deve criticar as práticas de outra mulher em espaços mistos (na presença de homens), por isso, o grupo auto-organizado é o lugar onde se dão as discussões políticas do feminismo, que envolvem divergências de concepção e práticas do feminismo, atreladas constantemente às correntes teóricas feministas com as quais cada uma se identifica.

O maior foco de tensão no grupo foi a participação ou não de mulheres trans no espaço. Algumas, que se identificam com o feminismo radical, se opuseram, afirmando que mulheres trans, por terem sido socializadas como homens, mantêm comportamento opressor. Em outros grupos, feministas contrárias à participação de mulheres trans em espaços auto-organizados alegam que pautas relacionadas a questões fisiológicas, como menstruação, masturbação e aborto, são “marginalizadas” por serem apontadas como ofensivas pelas mulheres trans, já que muitas não têm vagina, sendo sinalizadas com “TW”, o *trigger warning* (literalmente, “aviso de gatilho”), marcação usada em grupos e páginas feministas indicando conteúdo sensível, que pode abalar a leitora que tiver passado por experiência traumática relacionada à postagem.

Também em outros grupos e páginas do Facebook, além de blogs, há relatos de estupros e outras agressões praticadas por mulheres trans e pessoas não-binárias (que não se identificam com o sexo feminino nem masculino) contra outras mulheres, e muitas utilizam esses casos para pedir a exclusão de trans dos grupos exclusivos de mulheres. Após um longo e espinhoso debate em um tópico específico sobre o assunto, muitas participantes se retiraram do grupo: umas por se indignarem com o próprio debate e o que classificavam como intolerância e transfobia, outras porque não aceitavam um espaço auto-organizado com presença de mulheres trans.

Ao fim da discussão, decidiu-se que o grupo contaria sim com a participação de mulheres trans. Até hoje há apenas uma mulher identificada como trans no grupo, que

raramente se manifesta. A cada nova pauta envolvendo transexuais se renovam as tensões, algumas participantes deixam o grupo, algumas voltam. Algumas das primeiras dissidentes criaram um grupo chamado *Feminismo Radical SM*, ao qual não tive acesso, que atualmente possui 10 membros.

Apesar dos atritos, o *Feminismo SM* se mostra um espaço acolhedor e uma rede de apoio para mulheres, especialmente as recém-chegadas no feminismo, que veem no grupo um ambiente seguro para o compartilhamento de dúvidas e relatos de vários tipos de experiências pessoais.

### 3.3.3 Juventude Negra Feminina de Santa Maria

Como mencionado anteriormente, o grupo da *JuNF* é auto-organizado entre mulheres negras e aberto apenas aos membros ativos do coletivo, que no momento é composto por treze jovens, a maioria estudantes. Com isso e, sendo as duas integrantes do coletivo que entrevistei relativamente novas no grupo, procurei a fundadora da *JuNF*, Geanine Vargas Escobar, a fim de obter informações sobre o histórico do grupo. Geanine compõe a diretoria técnica do Museu Treze de Maio, dedicado à memória e cultura negra de Santa Maria, e atualmente faz doutorado em Estudos Culturais na Universidade do Minho, em Portugal, de modo que realizamos uma entrevista aberta por email, meio que melhor nos serviu no momento.

O grupo da *JuNF* no Facebook foi criado em abril de 2013 e a primeira reunião presencial do coletivo aconteceu dois meses depois. A partir disso, o coletivo passou a articular atividades voltadas para a valorização da identidade das mulheres negras da cidade de Santa Maria.

Geanine aponta a necessidade de um espaço de organização exclusivo para mulheres negras, já que elas enfrentam o silenciamento tanto no feminismo, por parte das mulheres brancas, quanto no movimento negro, por parte dos homens. Dessa forma, a militante viu na auto-organização o caminho para o empoderamento das companheiras através do fortalecimento da identidade de mulheres negras.

De acordo com Geanine, a maior divergência no coletivo se dá na postura combativa ou conciliadora que as militantes podem adotar quanto à defesa de suas pautas. Para ela a postura conciliadora consiste em realizar as atividades do coletivo sem apontar divergências com outros grupos.

O grupo da *JuNF* tem dinâmicas diferenciadas dos outros grupos por ser bem mais restrito, não só pelo número de participantes mas por ser composto apenas de membros ativos do coletivo. Dessa forma, e mantendo encontros presenciais, percebemos laços afetivos mais proeminentes nesse grupo que em qualquer outro.

## 4 ANALISANDO OS GRUPOS E SUAS INTERAÇÕES

### 4.1 Sobre a pesquisa e meu lugar nos grupos

Como menciono em algumas partes do texto, pesquisei para este trabalho um universo do qual também faço parte, que são os grupos feministas na internet. Tendo eu mesma administrado um dos grupos pesquisados, o *Marcha das Vadias Santa Maria*, e participando ainda do *Feminismo SM*, percebo a necessidade de pontuar algumas questões éticas com as quais me defronto durante esta análise.

Utilizo aqui os depoimentos de algumas mulheres que conheço, dos grupos ou de outros espaços, sobre suas vivências e sua participação nessas discussões feministas online. Tanto nos depoimentos quanto nos grupos em si, percebo tensões e disputas, que a meu ver fazem parte da construção do movimento feminista, pois como aponta Butler (2013), não falamos de um movimento uniforme, norteador por um sujeito único.

O que julgo importante explicar aqui é que, neste trabalho, quero demonstrar essas tensões, nas quais muitas vezes tomo parte, livre de julgamentos morais sobre as questões e conflitos colocados por minhas entrevistadas, buscando apenas contribuir para a compreensão e registro científico do momento histórico atual do feminismo em Santa Maria.

### 4.2 Critérios de observação e entrevistas

Observei os grupos *Marcha das Vadias Santa Maria* e *Feminismo SM* de março a setembro de 2015, recolhendo *prints* de discussões marcantes ou recorrentes. Durante esse período, conversei com as administradoras de ambos os grupos, explicando a pesquisa e solicitando o uso das postagens dos grupos no trabalho. Foi acertado então com as moderadoras que usaríamos *prints* de algumas postagens, com restrições: além de ocultar os nomes e fotos de todas as participantes das discussões, as administradoras do *Feminismo SM* atentaram para a exposição de mulheres que poderiam ser identificadas por seus relatos, de modo que optamos por abrir mão de retratar algumas discussões aqui, a fim de respeitar a privacidade dessas mulheres, afinal o grupo é secreto e todas esperam que seus depoimentos pessoais estejam, dentro dele, a salvo de qualquer exteriorização.

No grupo *JuNF*, a observação aconteceu de forma diferenciada, devido à política de auto-organização estabelecida entre o coletivo de mulheres negras. Sendo assim, os dados foram coletados em reunião com um membro do coletivo, através do seu perfil no Facebook,

sendo a leitura e o registro das postagens observada e autorizada por ela, em acordo com as companheiras do grupo.

Em seguida à observação, foram realizadas entrevistas abertas com duas participantes de cada um dos grupos estudados. Algumas participam de mais de um desses grupos, algumas se retiraram de um ou mais deles por deixarem de considera-los espaços seguros. Neste trabalho optamos por preservar as identidades dessas mulheres, de modo que as apresento a seguir com nomes fictícios escolhidos por elas mesmas.

### 4.3 Perfis das entrevistadas

**Stefani**, a primeira entrevistada, tem 22 anos e é estudante do curso de bacharelado em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Ela mora no bairro Camobi com a mãe, cabeleireira, e o irmão mais velho, também estudante. Os pais de Stefani se separaram há mais de dez anos e a mãe, que “sempre segurou as pontas”, é sua grande referência em termos de força e independência. Stefani teve contato com o feminismo através do grupo *Marcha das Vadias Santa Maria* e atualmente participa ativamente do *Feminismo SM*. Há um ano, começou a praticar boxe, o que também considera importante em seu empoderamento pessoal.

**Luna**, uma das moderadoras do *Feminismo SM*, tem 18 anos e fez cursinho pré-vestibular para ingressar no curso de Jornalismo da UFSM. Seus pais também são divorciados desde sua infância e ela vive com dois dos três irmãos mais velhos em um apartamento no centro da cidade. Luna estudou em colégios particulares religiosos até o final do ensino médio, quando se descobriu lésbica. Ela compõe o coletivo feminista interseccional *Unas*, também é vegetariana e vê grande importância em um feminismo que contemple outras opressões além do machismo.

**Sofia**, de 22 anos, vem de uma família de classe média-alta de Santa Maria. Atualmente cursa Design no Centro Universitário Franciscano (Unifra) e mora no centro da cidade com sua mãe, terapeuta ocupacional, e a irmã mais velha, professora. Sofia teve contato com o feminismo através do grupo *Marcha das Vadias Santa Maria* e afirma lá ter aprendido muito sobre realidades diferentes da sua. Ela tenta construir uma consciência feminista também em suas amigas e familiares.

**Cecília** tem 19 anos e estuda Direito na UFSM. Ela também é uma das administradoras do *Feminismo SM* e se identifica especificamente com o feminismo radical,

ao qual atribui sua recente descoberta como lésbica e também um silenciamento que diz sofrer no grupo, mesmo sendo moderadora. Cecília também teve alguma participação no movimento estudantil, tendo composto chapa nas eleições de 2014 para o Diretório Livre do Direito e apoiado, em 2015, a chapa da atual gestão do Diretório Central de Estudantes da UFSM.

**Dandara**, também de 19 anos, estuda Psicologia na Unifra e faz parte do diretório acadêmico do seu curso e do Diretório Central de Estudantes da instituição. Ela compõe o coletivo Juventude Negra Feminina de Santa Maria e o *Manifesto Grrrl Power*, um grupo que realiza colagens com mensagens feministas pelas ruas da cidade. Dandara mora no bairro Tancredo Neves desde que nasceu e produzia fanzines com um dos três irmãos mais velhos. Ela conheceu o feminismo pela internet e a partir do contato e participação na JuNF, pôde construir sua identidade como mulher negra.

**Lélia** tem 23 anos, é natural do Paraná e veio para Santa Maria com a família devido à transferência do pai militar. Ela estuda Jornalismo na UFSM e foi a partir do curso que passou a se interessar por questões sociais e raciais, das quais se considerava “desligada” até então. Em 2014, ela teve contato com uma das fundadoras da *JuNF* em uma disciplina da faculdade e passou a também integrar o coletivo, onde aprendeu sobre o feminismo negro e onde se sente plenamente acolhida para contar suas experiências pessoais.

#### 4.4 Categorias de postagens

Durante a análise dos dados coletados, pudemos estabelecer diferentes categorias de postagens. Devido à diferença entre os três grupos, sendo o *Marcha das Vadias Santa Maria* misto, *Feminismo SM* exclusivamente feminino e *JuNF* composto apenas por mulheres negras, algumas categorias são exclusivas aos grupos auto-organizados, enquanto outras são comuns a todos.

As categorias comuns aos três grupos são: **busca por informações, compartilhamento de notícias, crítica e indignação, relatos de violências, sociabilidade e articulações feministas**. Exclusivas ao *Feminismo SM* e à *JuNF* temos as categorias de **relatos pessoais e debates políticos**. A seguir discorreremos sobre cada categoria.

#### 4.4.1 Busca por informações

Entre as postagens recorrentes nos grupos, estão aquelas em que as participantes pedem informações às outras, sobre questões diversas. Das que aparecem no intervalo de coleta de dados, temos no *Marcha das Vadias Santa Maria* a procura por informações sobre gravidez, sobre o funcionamento da Delegacia da Mulher, por indicações de médicas ginecologistas e, no *Feminismo SM*, além dessas, indicações de psicólogas (Figura 1). Na *JuNF*, houve a procura por um filme com foco na questão racial, além de perguntas sobre reuniões a serem marcadas e aos projetos do coletivo. Em geral essas solicitações recebem várias respostas, o que demonstra a prontidão das participantes em auxiliar umas às outras.



Figura 1: busca por indicação de psicóloga (*Feminismo SM*)

Entre as postagens dessa categoria também aparecem diversas estudantes buscando informações para trabalhos acadêmicos, ou contatos para entrevistas ou outros projetos. Com isso percebemos que o crescente interesse de mulheres jovens pelo movimento feminista

também se reflete em suas produções acadêmicas – sendo este trabalho e várias outras monografias a serem defendidas em 2015 prova disso.

Sobre a busca de informações, Sofia, que não conhecia até nossa entrevista o *Feminismo SM* (adicionei-a imediatamente depois) menciona o grupo sobre coletores menstruais de que participa, e sobre como nesse grupo, formado apenas por mulheres, se sente plenamente à vontade para expôr dúvidas e fazer perguntas às outras participantes. Em uma postagem, o mesmo grupo foi indicado a um membro do *Feminismo SM* que procurava informações para a compra de um coletor. Nesse grupo, do qual também participo, encontrei dezenas de participantes dos grupos aqui estudados, demonstrando que as redes de mulheres englobam outras questões além das discussões políticas feministas, incluindo outros temas sobre os quais julgam necessária a troca constante de informações com outras mulheres.

Outros grupos exclusivos para mulheres destinados à troca de informações têm como tema tratamentos capilares, medicina alternativa, receitas veganas, maternidade, astrologia e questões espirituais ou religiosas relacionadas às mulheres.

Reconhecemos nessa categoria uma função informativa e formativa, que funciona graças ao retorno que as participantes dos grupos têm das companheiras. Como, em geral, todas as perguntas são, de alguma forma, respondidas, todas parecem se sentir à vontade para expor suas dúvidas, especialmente, é claro, nos grupos auto-organizados, em que há maior cumplicidade entre os membros para a colocação de perguntas de temas mais íntimos.

#### 4.4.2 Compartilhamento de notícias

O compartilhamento de notícias relacionadas às lutas feministas é a principal forma de interação no grupo *Marcha das Vadias Santa Maria*, que aparece também no *Feminismo SM* e na *JuNF*. As participantes postam nos grupos o link de alguma notícia, relacionada de maneira positiva ou negativa às mulheres, normalmente acompanhada de algum comentário, podendo seguir-se um debate nos comentários ou não. Aqui percebemos a importância que os membros dos grupos percebem em compartilhar informações umas com as outras.

A maior parte das notícias compartilhadas no *Marcha das Vadias Santa Maria* e *Feminismo SM* dizem respeito a crimes praticados contra mulheres e meninas, e são compartilhadas de páginas feministas que elas seguem, ou de portais de notícias. Algumas são seguidas de manifestações de repúdio nos comentários. No *Feminismo SM*, essa é uma das categorias em que se usa o “*trigger warning*” (literalmente, “aviso de gatilho”), marcação

usada em grupos e páginas feministas indicando conteúdo sensível, que pode abalar a leitora que tiver passado por experiência traumática relacionada à postagem (Figura 2).



Figura 2: postagem com trigger warning (Feminismo SM)

Em contraste às postagens nefastas dos primeiros grupos, na *JuNF*, as notícias compartilhadas têm um viés mais positivo. Segundo Dandara, o coletivo procura manter as postagens do grupo focadas em notícias e iniciativas positivas, já que o contato constante com conteúdo machista e racista é desgastante e desmotivante. Dessa forma, aparecem no grupo notícias como a de Georgia Gabriela, brasileira negra que venceu um concurso da Universidade de Harvard com sua pesquisa, que possibilita um diagnóstico rápido de

endometriose<sup>37</sup>; e, mais recentemente, sobre o Exame Nacional do Ensino Médio, que trouxe em suas questões textos de Simone de Beauvoir e de Agostinho Neto, poeta angolano (Figura 3).

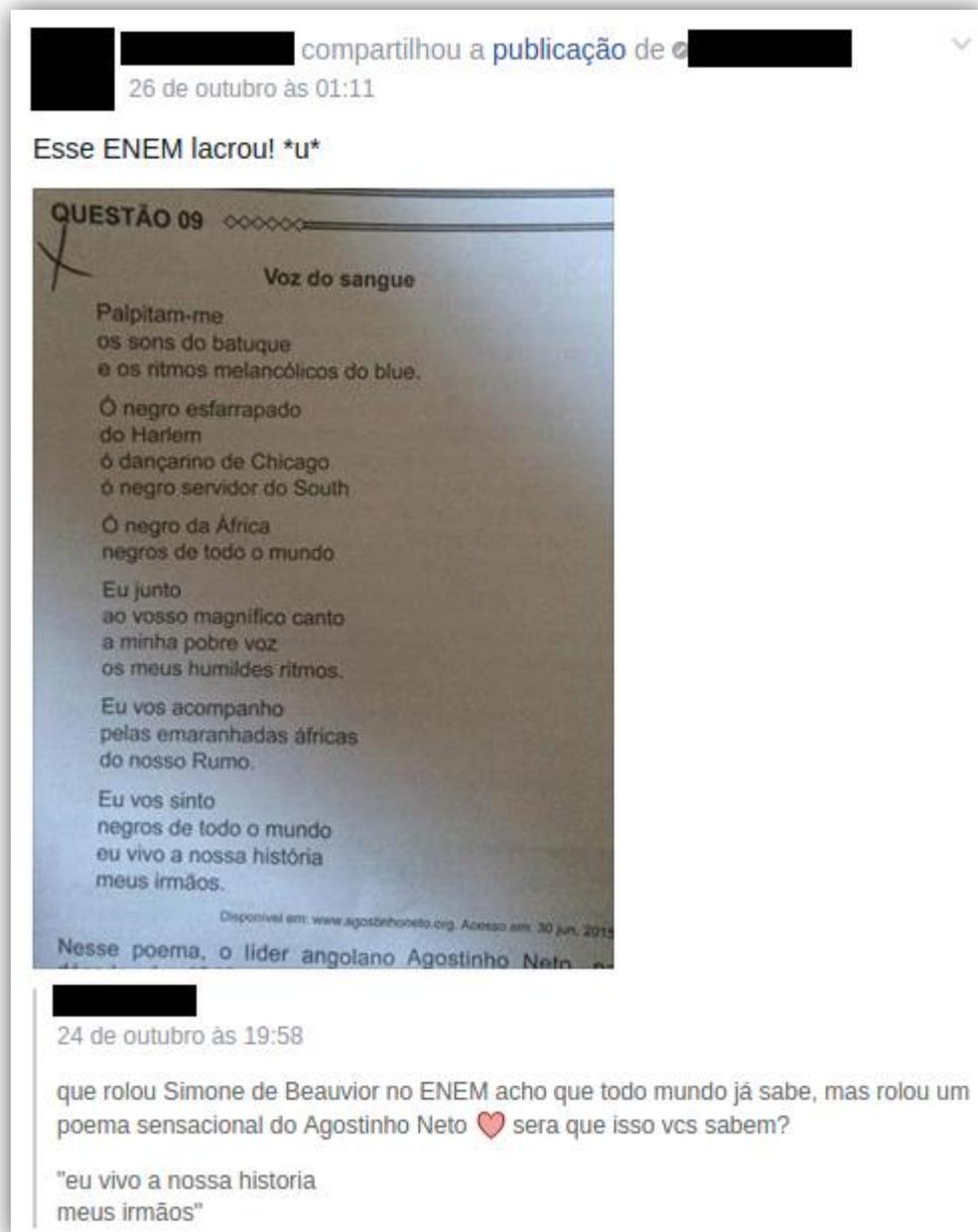


Figura 3: ENEM.

<sup>37</sup> Doença causada pela presença do endométrio (tecido que reveste a parte interna do útero) fora da cavidade uterina, ou seja, em outros órgãos da pelve: trompas, ovários, intestinos e bexiga, causando dor e levando muitas vezes à esterilização. A endometriose afeta hoje cerca de 6 milhões de brasileiras. Disponível em: <<http://www.gineco.com.br/saude-feminina/doencas-femininas/endometriose/>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

À postagem seguem-se comentários contentes das integrantes do coletivo. Uma chega a comentar “eu queria ter feito esse ENEM!”. O exame também foi aclamado na internet pelo tema da redação, que foi “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”.

Sendo assim, a categoria de notícias é também das postagens dedicadas a informar as companheiras de grupo e dividir conhecimento, seja para somar vozes à indignação ou para a comemoração de alguma conquista das mulheres.

#### 4.4.3 Crítica e indignação

A categoria mais recorrente no grupo da *Marcha das Vadias*, também muito presente no *Feminismo SM*, são os compartilhamentos de postagens machistas de perfis pessoais de conhecidos ou páginas de figuras públicas, lojas, empresas ou outras organizações. Em geral são seguidas de manifestações de repúdio nos comentários e apoio à mulher que critica, o que remonta ao depoimento de Sofia, que se sente confortável nos grupos por “saber que tem várias mulheres que pensam igual à gente e vão entender e vão nos ajudar”.

Uma das páginas que aparecem com maior frequência no grupo da *Marcha das Vadias* é o *Spotted hated UFSM*, uma página dedicada a insultos anônimos de estudantes da Universidade Federal de Santa Maria. É comum aparecerem nessa página ofensas variadas a feministas em geral ou de algum curso específico, e os compartilhamentos dela sempre geram muitos comentários de indignação nos grupos.

No grupo da *JuNF*, essa categoria aparece pouquíssimas vezes no período observado, pois como pontuado por Dandara, o coletivo evita dar atenção no grupo a conteúdo machista e racista para evitar desgaste emocional desnecessário. Em vez disso, as postagens são voltadas para a exaltação das mulheres negras, compartilhando-se notícias de mulheres negras em destaque, sobre estética e beleza negra, reforçando de maneira positiva a identidade negra das participantes do grupo. Sobre esse papel da *JuNF*, Dandara conta:

Eu participei da segunda *Marcha das Vadias*, em 2013, que tava chovendo e tal, e a gente chegou na gare e rolaram umas intervenções, aí a Geanine declamou um poema do Oliveira Silveira, chamado “Cabelos que negros”. E eu lembro que na época eu tri me *embranquecia*, alisava o cabelo, queria afinar o nariz, essas coisas, daí eu escutei aquele poema e chorei muito. E tinha uma faixa da *JuNF*, aí no outro dia eu procurei na internet e comecei a participar das reuniões. E a partir disso eu fui construindo minha identidade como mulher negra. [...] Conheci várias figuras de representatividade e é isso assim, acho que atualmente o que eu mais gosto de fazer

é militar no movimento negro mesmo, é a minha prioridade. [...] Levando essas discussões políticas fez muita diferença. E também eu acredito que aprendi a me colocar mais nos lugares que eu vou, até na faculdade, porque aquele lugar é horrível, sabe, e acho que a *JuNF* me dá o suporte pra eu não desistir de ficar lá. (Dandara, outubro de 2015).

O depoimento de Dandara confirma a importância da participação no coletivo de mulheres negras para a afirmação e orgulho de sua identidade, além de expor a questão do racismo no ambiente acadêmico.

Entre as postagens dessa categoria no grupo, uma chama as companheiras a denunciarem um vídeo de “humor” de conteúdo racista veiculado por duas mulheres (Figura 4). Várias figuras públicas e páginas feministas negras repudiaram o vídeo e a postagem foi excluída do Facebook depois de alguns dias.



Figura 4: denúncia de racismo (*JuNF*)

O vídeo, veiculado por um *vlog* (blog de vídeo), o comercial de um “creme milagroso”. Na primeira parte, as duas apareciam com o rosto pintado com maquiagem mais escura, dentes e sobrancelhas pintados; após a aplicação do creme, apareciam penteadas, bem maquiadas, etc. O teor racista do vídeo foi criticado por vários perfis pessoais e páginas referentes aos movimentos negro e feminista.

É comum que alguns conteúdos postados nas redes sociais sejam, além de preconceituosos, criminosos. Nesses casos, mobilizam-se denúncias do material ao Facebook, que após muitas denúncias avalia o conteúdo. Em geral as denúncias à própria rede social apenas surtem efeito caso feitas em massa. Em alguns casos, incentivam-se a denúncia inclusive à polícia e Ministério Público. No caso desse vídeo específico, as próprias responsáveis removeram a postagem.

A categoria funciona, então, no sentido de os membros dos grupos compartilharem conteúdo que lhes ofende ou angustia de alguma maneira, apenas pelo apoio das companheiras ou para mobilizar boicotes, denúncias, etc. Recentemente, a página *Orgulho de ser hétero*, que veiculava conteúdo misógeno e LGBTfóbico, foi retirada do ar, graças ao grande número de denúncias, demonstrando a efetividade das mobilizações por denúncia.

#### 4.4.4 Relatos de violências

Os relatos de violências – física, verbal, psicológica, sexual – figuram em todos os grupos, em maior ou menor quantidade. Enquanto nos grupos auto-organizados algumas participantes, que se sentem à vontade para isso, relatam suas próprias histórias, no *Marcha das Vadias Santa Maria* apenas são compartilhadas histórias que já circulam no Facebook, como os depoimentos públicos de denúncia contra homens que cometem essas violências ou estabelecimentos que negligenciam as vítimas de agressões ocorridas em suas festas, bem como o acompanhamento das notícias que seguem esses casos (normalmente desacreditando as mulheres), com alguma discussão nos comentários.

Durante o período de observação, circularam publicamente notícias sobre um estupro ocorrido na boate Beco 203, em São Paulo, e o depoimento de uma estudante de Santa Maria, assediada e agredida em um estacionamento no centro da cidade pelo dono do estacionamento, armado. Ao último, seguiu-se a organização de um ato de protesto a partir do *Feminismo SM*, realizado em frente ao estacionamento do agressor. O ato foi motivado

também pelo repúdio ao machismo na mídia local, tendo o jornal *Diário de Santa Maria* publicado uma reportagem sobre “os dois lados” do episódio. Na matéria, o agressor se defende de ter batido na estudante e ameaçado seus amigos com arma de fogo, por ela tê-lo xingado quando ele assediou suas amigas, o que as feministas do grupo reconheceram como culpabilização da vítima.

Quando há relatos pessoais de violência no *Feminismo SM*, as mulheres do grupo em geral incentivam denúncias à polícia. Com frequência outros membros do grupo marcam as advogadas e estudantes de Direito presentes no grupo para prestarem alguma assessoria jurídica informal às mulheres agredidas. As advogadas sempre se disponibilizam a ajudar e muitas vezes mesmo a acompanhar essas mulheres até a delegacia, cujo atendimento é conhecido por ser ineficiente e muitas vezes até hostil.

Recentemente foi compartilhada no grupo a iniciativa da página *Advogadas Feministas*, que pretende formar uma rede de advogadas, criando cadastros dessas e disponibilizando-os online para tornar mais fácil para as mulheres a procura por ajuda profissional (Figura 5). Embora também esbarre na limitação do acesso à internet, a página demonstra um exemplo prático de atuação feminista em rede social visando ajudar para uma melhoria específica para a sociedade (GARCÍA, 2003), e cuja formação é pensada e incentivada por um grupo, já que essa rede não se formou espontaneamente (ACIOLI, 2007). Visando prestar uma ajuda extremamente necessária da maneira mais simples possível, a página opera no sentido de ajudar outras mulheres com o conhecimento e os meios dos quais dispõe, remetendo a uma fala de Sofia, para quem “a gente tem que ajudar, participar, porque a gente tem acesso a isso, então a gente tem que usar isso pra ajudar essas pessoas que não têm”.



Figura 5: advogadas feministas (*Feminismo SM*)

#### 4.4.5 Sociabilidade

Scherer-Warren (2005) propõe a reflexão sobre a sociabilidade nas redes sociais a partir de sua construção com base em identidades políticas, sendo aqui o feminismo. Lembramos que o próprio envolvimento das entrevistadas com o movimento feminista se deu através da internet e do contato com os grupos, em redes sociais online. Foi a partir da participação nesses debates, também, que a maioria dessas mulheres viram a necessidade de se articularem em espaços presenciais. Segundo relatam:

Eu acho que a internet, pra minha formação enquanto militante, foi essencial, porque eu conheci o movimento feminista pela internet, o contato inicial que eu tive com a *JuNF* foi pela internet, os textos eu baixei da internet, o material todo pela internet. [...] E é legal também porque na internet a gente consegue fazer grupos de apoio, que pra mim foram bem importantes também (Dandara, outubro de 2015).

A internet foi super importante na minha vida, porque sim, os livros são importantes, as autoras são importantes, obviamente, mas às vezes eu aprendo muito mais com as gurias da periferia que conhecem o feminismo radical que com uma autora que tá simplesmente escrevendo sobre isso. Eu vejo o relato de uma guria lésbica que sofreu abuso e aprendo mais que lendo coisas num sentido amplo, sabe, então o pessoal foi bem importante, tudo que as gurias falaram pra mim. E foi assim que eu aprendi o feminismo radical (Cecília, outubro de 2015).

Para Cecília, o feminismo radical se diferencia dos outros por ser “materialista”, no sentido de apontar para a opressão real que as mulheres sofrem. Segundo ela, os grupos exclusivamente ou majoritariamente radicais são acolhedores e seguros, enquanto as feministas radicais são “malvistas” em grupos mistos.

Os debates e o aprendizado adquirido nos grupos é levado para as relações pessoais das participantes, em diferentes instâncias. Sofia relata a percepção da irmã sobre seu envolvimento com o feminismo:

E até a minha irmã não entendeu muito, porque ela nunca teve muito... não interesse, mas é uma coisa que eu acho que a gente vive a vida inteira de um jeito e tá muito confortável daquele jeito, aí quando a gente começa a problematizar as coisas e ver que tudo tá errado, a gente sai da zona de conforto e eu acho que pra ela tava bem confortável como tava. E também foi uma coisa meio “por que isso?” e tal. E ela tirava bastante sarro de mim toda vez que eu falava alguma coisa, problematizava alguma coisa, ela falava “ai, lá vem a Sofia falando de feminismo” (Sofia, outubro de 2015).

A postura da irmã de Sofia dialoga com a análise de Belli (2013) a respeito da percepção de mulheres acerca da Marcha das Vadias de Santa Maria, com recorte de classe: a pesquisa aponta postura mais conservadora das mulheres de classe alta, pois essas muitas vezes não questionam os papéis de gênero impostos, ou os questionam superficialmente, já que devido ao privilégio econômico, a opressão sobre elas se dá de maneira menos violenta que sobre as mulheres pobres.

Dandara também relata levar o aprendizado da *JuNF*, a valorização da sua identidade de mulher negra, para a família:

Fui levando isso pra minha família também, a minha mãe parou de alisar o cabelo, agora ela usa turbantes, é bem massa assim. E levando essa questão de consciência negra pros meus irmãos, que eles não tinham muito isso, até porque a nossa diferença de idade é bem grande (Dandara, outubro de 2015).

Ao contrário do caso da irmã de Sofia, a mãe de Dandara, abraça os debates propostos pela filha, e passa também a afirmar sua identidade de mulher negra através da estética.

Além disso, a sociabilidade possibilitada pelos grupos vai além das discussões travadas em cada postagem. Uma das evidências disso é a própria formação da *JuNF*, que se tornou um coletivo presencial a partir do grupo de discussão. A exemplo delas, o coletivo Unas foi formado por integrantes do *Feminismo SM*. Luna, que compõe o coletivo, relata:

Eu e outras meninas começamos a tentar pensar um coletivo, porque no grupo tinha muita rixa das rads com intersec e a gente achou que seria interessante isso. Daí houve a criação do grupo no Facebook e até as reuniões se tornarem mais organizadas [...]. Mas foi muito importante a internet nisso tudo (Luna, outubro de 2015).

A “rixa das *rads* com *intersec*” a que Luna se refere foram as discussões ocorridas no grupo em que as opiniões se polarizavam entre as feministas radicais e interseccionais, normalmente com relação à participação de mulheres trans no feminismo. Essas discussões duravam horas ou até dias, até que algum “lado” – normalmente as radicais, que são minoria – avisava se retiraria do debate.

Também ocorre a criação de novos grupos dentro do Facebook, para a discussão de assuntos específicos. No intervalo de observação, foram criados, a partir do *Feminismo SM*, um grupo de mulheres para discutir questões exclusivas da maternidade, ao qual não tive acesso; o *Grupo feminista de leitura*, para leitura conjunta de obras feministas – sendo a primeira *O segundo sexo* – e o *Clube de luta das mina*, criado para a troca de informações sobre defesa pessoal e organização de oficinas gratuitas com membros do *Feminismo SM* que praticam diversas modalidades de lutas (Figura 6).



Figura 6: Clube de Luta das Mina (*Feminismo SM*)

Stefani, uma das nossas entrevistadas, é uma das voluntárias para as oficinas propostas. Ela pratica boxe há cerca de um ano e compartilha notícias sobre o esporte no *Clube de luta das mina*. Na entrevista, ela fala sobre a admiração por Ronda Rousey, campeã mundial de MMA, e a importância de figuras femininas com as quais se identificar no esporte. Stefani também relata o machismo que enfrentou na academia onde treina:

Nunca vou esquecer um dia que chegou uns três marombas – era férias, tava só eu, o professor e mais um cara que ia sempre – e eles chegaram tipo “ah, agora vamos lutar, vamos brigar, vamos virar brigadores de rua”. E eu olhei assim “coitados, não vão aguentar dez polichinelos” e dito e feito. E aí quando começaram a ver eu lutando, tipo “nossa, tu bate forte pra uma mulher” e eu comecei a ficar de cara com isso, porque daí eles falavam “bate mais forte, parece uma mulherzinha” e eu tava ali do lado, sabe? E eu batia mais forte que eles e tinha mais técnica, sabe? Eu nunca vou esquecer um dia que era um treino assim de dar soco na barriga e tu tem que firmar o abdômen, e aí o cara bateu bem fraquinho em mim e eu “não, pode bater que eu aguento” e ele “tu não aguenta, vou te machucar” e eu falei “não, não machuca” e aí ele bateu bem forte e eu aguntei e ele “bah, ganhou meu respeito, pra uma mulher tu é bem boa” e eu tipo aff, sabe, sempre ficava de cara com isso (Stefani, outubro de 2015).

Ela menciona o ensaio temático que fez para a página AMA, um projeto fotográfico de duas santa-marienses, voltado para o empoderamento feminino<sup>38</sup>, e como a divulgação de suas fotos praticando boxe inspiraram outras mulheres a procurarem o esporte:

Depois do ensaio começaram umas seis meninas novas, sabe, e mudou bastante (a postura dos colegas da academia). E legal que quando eu propus a ideia das fotos pro dono da academia, que tem uma cabecinha de ovo, eu cuidei muito pra não falar que era uma proposta feminista, porque eu sei que os caras torcem o nariz, sabe? Daí eu só falei que a gente ia fazer umas fotos de mim fazendo isso e tal, e aí quando eu comentei isso com um menino que lutava comigo ele ficou meio assim, sabe, quando eu falei que era uma proposta feminista ele ficou com o nariz meio torcido. Aí quando ele viu as fotos e o meu depoimento, ele disse “bah, eu não sabia que feminismo era isso!”. Eu perguntei “como assim?” e ele disse “ah eu achei que era só aquelas radicais e feminazi e não sei o quê. Isso é que é ser feminista?” e eu falei “sim, pra mim é”. E ele disse “bah, que massa. Tomara que mais gurias comecem a lutar” e realmente, mais umas seis, sete meninas começaram a lutar. Foi tri massa isso, bem legal (Stefani, outubro de 2015).

Outras iniciativas surgidas nos grupos cuja ação se direcionava para além deles, no período de observação, incluem a convocação para um curso gratuito de programação exclusivo para mulheres, o *Rails Girls*. O curso é oferecido por uma organização homônima, que visa, segundo sua página<sup>39</sup>, “fornecer às meninas e mulheres as ferramentas para construir suas ideias”, e, com parcerias, organiza esses cursos em todo o mundo. Uma das participantes do *Feminismo SM* soube do curso, com duração de um fim de semana, e postou o convite no grupo, que animou muitas das companheiras, algumas das quais combinaram as inscrições, ida e afins. Sendo o curso em Porto Alegre, apenas três das interessadas realmente conseguiram ir. Outras sugeriram que mais tarde elas façam uma oficina para repassar os conhecimentos adquiridos.

<sup>38</sup> Página do projeto no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/AMA-815715135145154>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

<sup>39</sup> Rails girls. Disponível em: <<http://railsgirls.com>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

No grupo da *JuNF* também são anunciadas oportunidades interessantes para as integrantes. Dois exemplos foram o curso à distância de Extensão em Administração Pública da Cultura, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Figura 7); e a página *Guerrilha GRR*<sup>40</sup>, um espaço para publicações e outros projetos de pessoas negras.

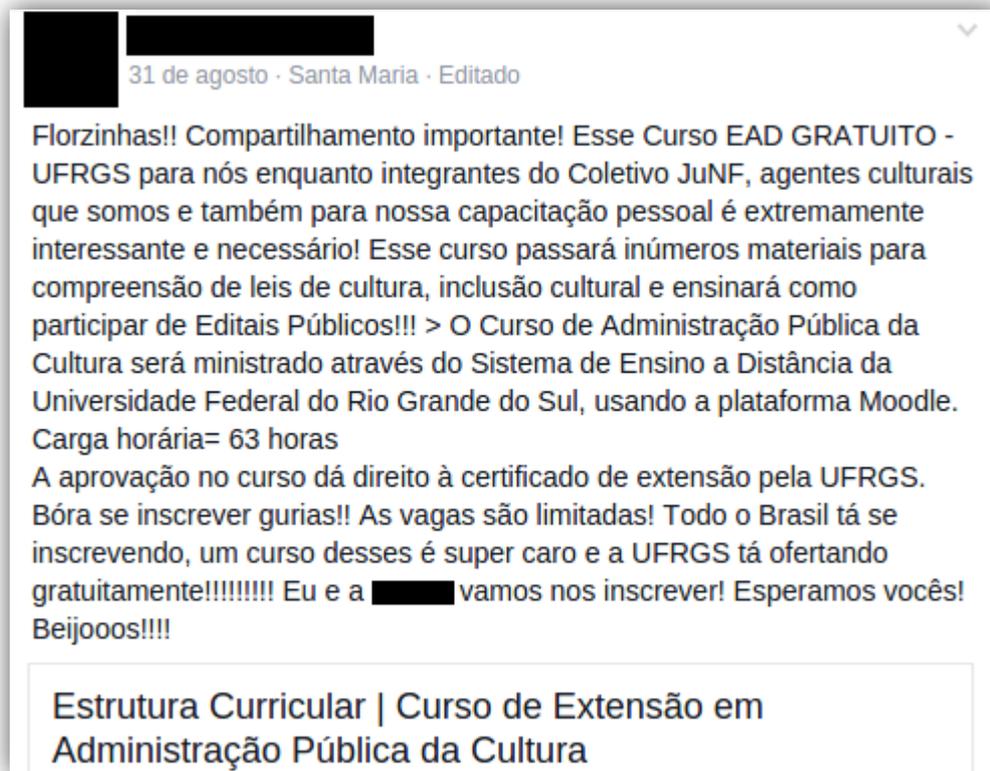


Figura 7: chamada para curso na UFRGS (*JuNF*)

Sendo o coletivo ligado às atividades do Museu Treze de Maio, do qual a fundadora Geanine é uma das diretoras, percebemos a importância dada pelo grupo à capacitação técnica e acadêmica relacionada à área de gestão cultural. Juntamente à equipe do museu, a *JuNF* participa da organização de eventos como a Semana da Consciência Negra e outras atividades visando promover a cultura negra na cidade.

Além disso, a postagem exibida na figura acima evidencia a relação mais íntima e carinhosa entre as integrantes da *JuNF* em comparação aos outros grupos, já que se trata de um grupo bem mais restrito, que se reúne presencialmente, e cujas trocas, por se tratarem de mulheres negras, carregam um nível ainda mais alto de resistência, criando e fortalecendo laços afetivos. Em diversas postagens se observa o uso de palavras carinhosas como

<sup>40</sup> Página no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/guerrilha.grr/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

“florzinhas”, “flores”, “lindas”, “amadas”. Dessa forma, percebemos as componentes da *JuNF* não apenas como companheiras de coletivo, mas também amigas. Dandara conta que o grupo marca chás e jantares para se reunirem e conversarem quando alguma das integrantes precisa do apoio das companheiras. Ela relata:

Quando uma tá muito mal a gente sempre procura fazer alguma coisa. Tipo aquele dia que eu te falei que tava na bad e elas fizeram uma janta; agora a Gê tá longe e a gente se reúne pra conversar com ela pela webcam; a Maria<sup>41</sup> entrou na universidade agora e teve um professor que avacalhou nela, daí a gente sempre procura fazer alguma coisa, sabe? Além dessa troca de material e marcar reunião e tal, a gente troca vivências e uma acolhe a outra sempre, isso é muito legal (Dandara, outubro de 2015).

Além dos exemplos citados, os grupos também abrem espaço para informalidades. Alguns membros do *Feminismo SM* realizaram festas em suas casas, abertas para o grupo; outras procuraram componentes para uma banda de rock exclusivamente feminina. Além disso compartilham-se no *Feminismo SM* e no *Marcha das Vadias Santa Maria* convites para eventos realizados por outros grupos ativistas da cidade, como ocorreram neste ano o sarau lésbico e o cinedebate sobre visibilidade bissexual do Coletivo Voe (coletivo LGBT santamariense), a parada LGBT alternativa, também organizada pelo mesmo coletivo, e uma roda de conversa sobre saúde da população negra, racismo institucional e a mulher negra, da *JuNF*.

No grupo da *JuNF*, por outro lado, os convites lançados são, em maioria, para eventos para os quais o coletivo é convidado a fazer uma fala ou uma apresentação. Também houve um convite para uma oficina de turbantes proposta por uma professora de uma escola pública, com a qual as integrantes se empolgaram bastante por poder levar o diálogo sobre empoderamento e estética negra para crianças (Figura 8).

<sup>41</sup> Nome fictício.

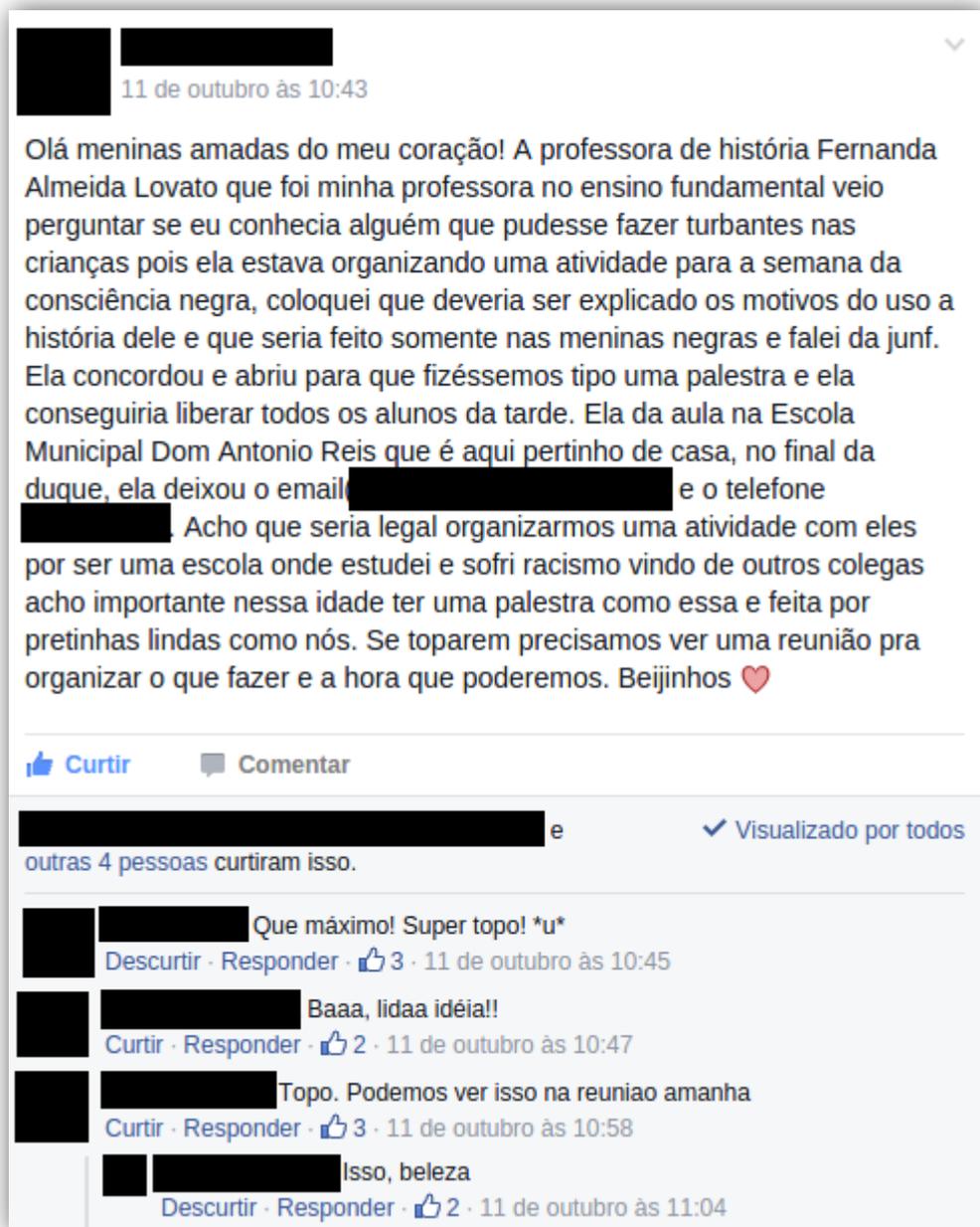


Figura 8: proposta da oficina de turbantes.

Frisamos a observação da integrante da *JuNF* para a professora, de que uma oficina deveria contar a história do turbante e que esse seria feito apenas nas meninas negras. Isso evidencia o comprometimento do coletivo com o empoderamento e autoestima das mulheres negras e a preocupação com os símbolos de luta negra para além do valor estético de um acessório.

A categoria de sociabilidade, assim, é uma das mais férteis dos grupos, oferecendo às participantes possibilidades de desenvolverem e participarem de diversas atividades, relacionadas ou não à militância feminista.

#### 4.2.6 Articulações feministas

Classificamos como articulações feministas os projetos ou iniciativas que surgem do contato online e partem para mobilização coletiva prática. No período de observação, destacamos as campanhas realizadas para recolher doações para mulheres em necessidade.

Na *Juventude Negra Feminina*, houve mobilização para enviar doações para Fernanda, mulher negra que deu à luz dentro de um banheiro em uma ocupação urbana no Rio de Janeiro<sup>42</sup>. Fernanda entrou em trabalho de parto aos seis meses de gravidez, devido ao stress causado pela ação violenta da Polícia Militar ao despejar os ocupantes do prédio abandonado. Foi criado um evento no Facebook para recolher doações para Fernanda e sua família, que se encontravam em situação de rua, e a partir disso as mulheres da *JuNF* também decidiram ajudar (Figura 9). O coletivo também se mobilizou em auxílio de uma colega de faculdade de algumas das integrantes, cuja família perdeu a casa em um incêndio. Combinaram no grupo de arrecadar doações e comprar rifas para ajudar a jovem, e discutiriam em reunião outros possíveis meios de ajuda.

<sup>42</sup> Disponível em: < <http://feminismoaesquerda.com.br/conheca-a-historia-de-fernanda-que-teve-um-bebe-prematuro-no-banheiro-de-uma-ocupacao/>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

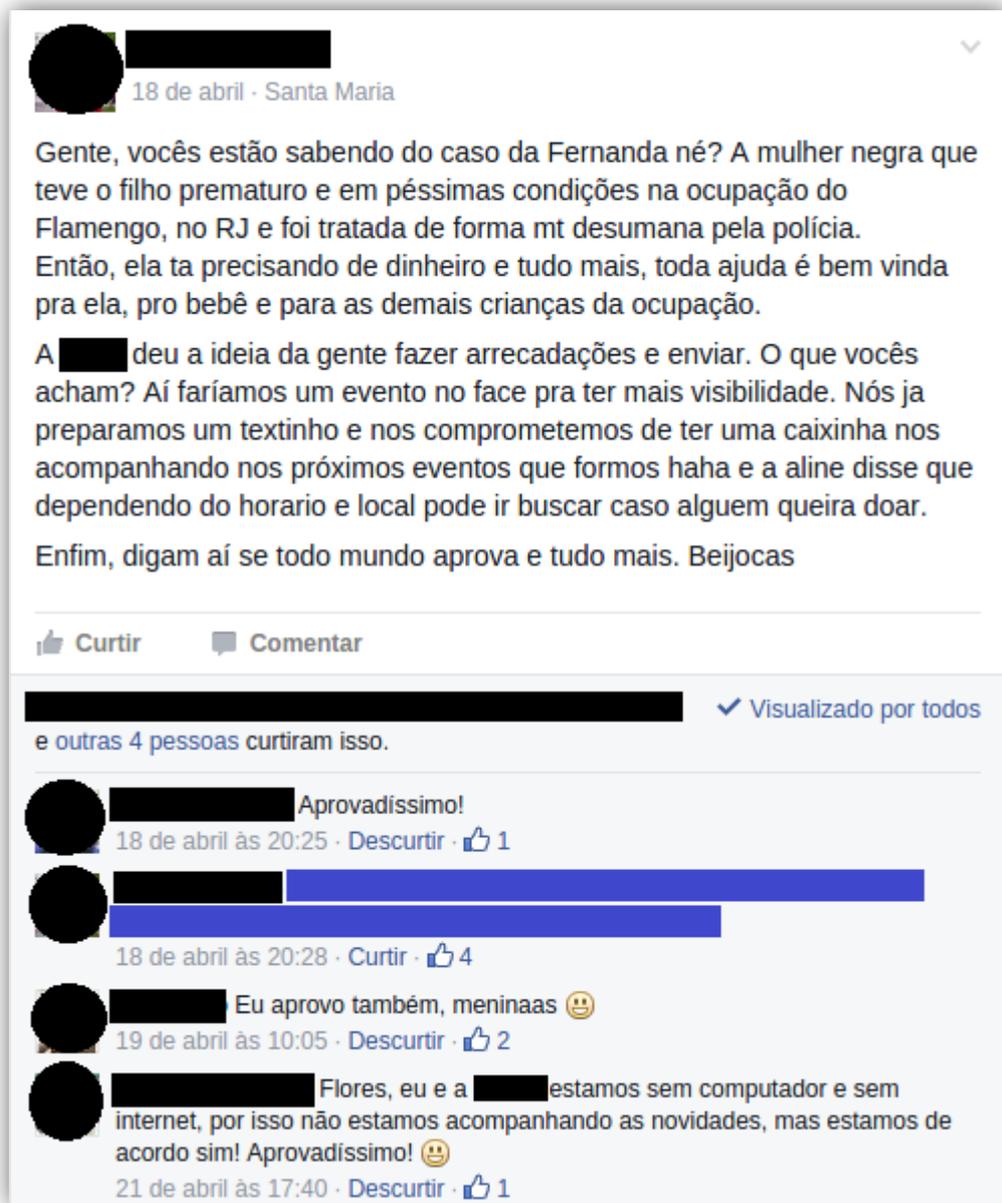


Figura 9: mobilização para ajudar Fernanda (*JuNF*)

No exemplo ilustrado, em que se propõe ajudar uma mulher em necessidade, a integrante da *JuNF* menciona a possibilidade de criarem um evento para “ter maior visibilidade”, o que indica uma forma alternativa de uso dessa ferramenta do Facebook. As doações não seriam de fato um evento, mas criar uma página de evento e convidar pessoas para uma campanha de fato garante maior visibilidade e sucesso na obtenção de donativos, como também ilustra o próximo exemplo.

Após alguns relatos das condições em que vivem as detentas brasileiras circularem em blogs e, claro, serem compartilhados também no Facebook, uma integrante do *Feminismo SM* criou uma campanha para arrecadação de doações para mulheres em privação de liberdade no Presídio Regional de Santa Maria. Inspirada em um evento similar criado por mulheres de São Paulo, a estudante de Ciências Sociais criou a campanha no Facebook (Figura 10) e, com ajuda de outras voluntárias, distribuiu postos de coleta pelo campus da Universidade Federal de Santa Maria e seus prédios no centro da cidade.

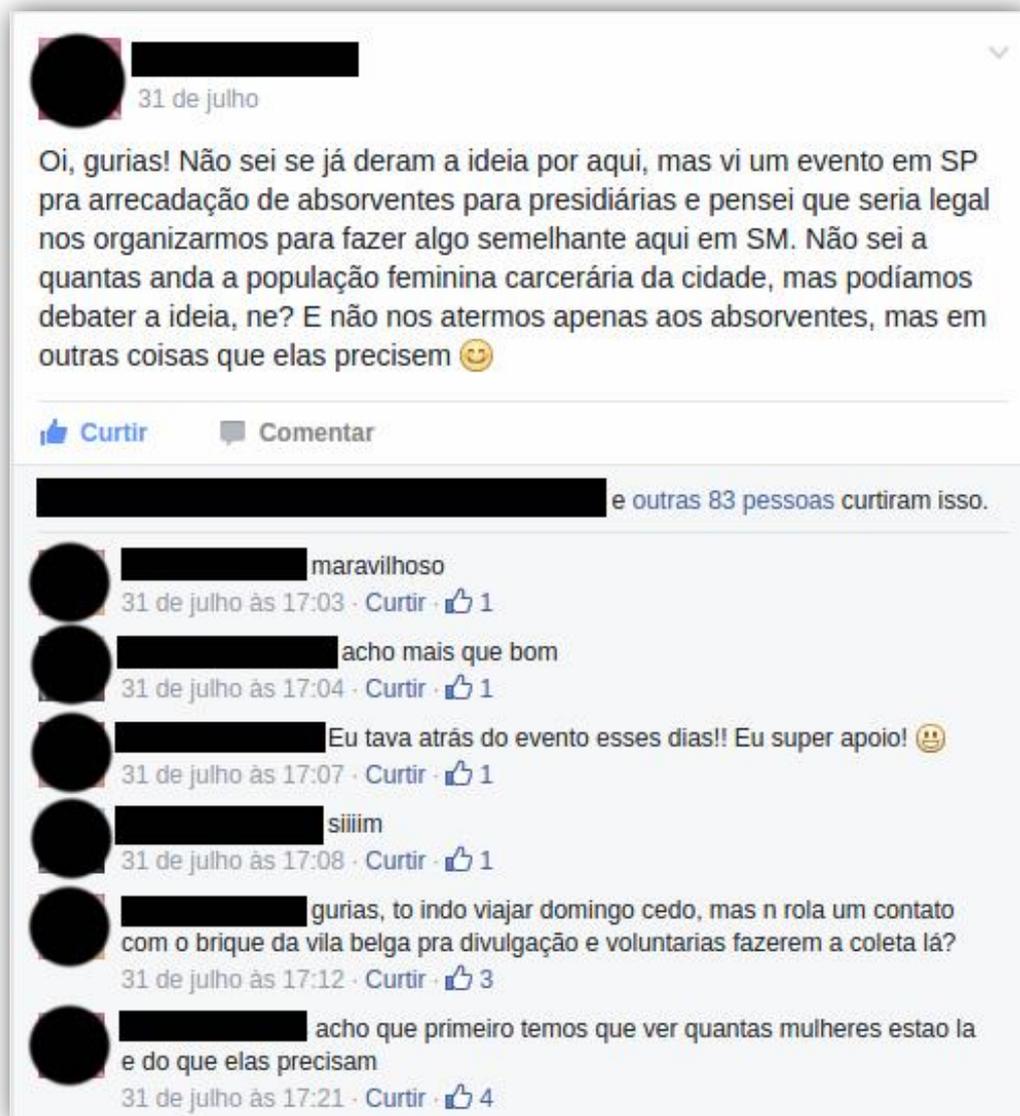


Figura 10: campanha de doações para as presidiárias de Santa Maria (*Feminismo SM*)

Aqui percebemos também a colaboração das outras participantes do grupo ao pensar a ação: “primeiro temos que ver quantas mulheres estão lá e do que elas precisam”. Depois de

contato com a administração do presídio, descobriu-se que as mulheres em situação de cárcere também necessitavam de roupas – mas não podiam ser doadas roupas curtas ou decotadas. A ação foi desenvolvida colaborativamente, tendo cada uma das voluntárias se responsabilizado por um ponto de coleta. O evento, que explicava a campanha, reuniu mais de 300 pessoas (Figura 11).



Figura 11: evento de doações para as detentas

A campanha durou um mês e as doações, de material de higiene e roupas, foram encaminhadas para o presídio. Com o sucesso da campanha, o plano da estudante e das companheiras que a ajudaram é poder realizar arrecadações como essa periodicamente.

Além desses exemplos de articulação, também pelos grupos se organizam atos, como o mencionado no item “relatos de violências”, contra a violência contra a mulher, motivado

pela agressão a uma participante do *Feminismo SM*<sup>43</sup>. O ato foi organizado espontaneamente pelas integrantes do grupo, anunciado por evento no Facebook e reuniu dezenas de mulheres em uma caminhada até a frente do estacionamento do agressor, onde houve uma intervenção. Pouco depois, houve outra manifestação, esta em repúdio a uma crônica publicada no jornal Diário de Santa Maria, em que o escritor José Bicca Larré comparava mulheres que não são virgens a mercadorias danificadas<sup>44</sup>. A publicação causou indignação nos grupos *Feminismo SM* e *Marcha das Vadias Santa Maria*, e um ato foi organizado, novamente de maneira autônoma. Convocado em um evento no Facebook intitulado “BuceATO! Hímen não é mercadoria! Mulher não é produto!”. O protesto, realizado no calçadão do centro da cidade, contou com intervenções artísticas (figura 12). A exemplo da Marcha das Vadias, conforme analisado por Tomazetti (2015), o ato, organizado na internet, retorna à rede social depois de executado, através da divulgação das fotos e sua repercussão em comentários nos grupos.



Figura 12: intervenção artística no “BuceATO” (foto de Marcelo de Franceschi)

<sup>43</sup> Disponível em: <<http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/geral-policial/noticia/2015/09/coletivo-faz-manifestacao-em-repudio-a-violencia-contra-a-mulher-em-santa-maria-4841671.html>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

<sup>44</sup> Disponível em: <<http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/cultura-e-lazer/noticia/2015/09/o-hifen-4851376.html>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

Também houve a tentativa de se organizar novamente a Marcha das Vadias nos grupos da própria marcha e no *Feminismo SM*. Por fim a ideia foi abandonada por pouca aderência às reuniões realizadas e dificuldade em se organizar o ato no fim do ano, já que a maioria das envolvidas são estudantes e estariam atarefadas com provas e trabalhos.

Essa categoria demonstra o potencial dos grupos online para a articulação de ações concretas por suas participantes. Dominando as ferramentas das redes sociais, as militantes conseguem utiliza-las de modo a impulsionar suas ações para além das interações fechadas nos grupos, podendo envolver toda a comunidade, como na campanha por doações, ou ao menos se fazer ouvir, como nos atos de rua.

#### 4.4.7 Relatos pessoais

Esta é a primeira categoria exclusiva dos grupos *Feminismo SM* e *Juventude Negra Feminina*. Devido ao acordo com as moderadoras de não expor as postagens pessoais, não usarei ilustrações nesta seção.

A razão de esta categoria aparecer apenas nos grupos fechados é apontada por todas as entrevistadas: elas só se sentem à vontade para qualquer exposição pessoal nos grupos auto-organizados, sem a presença de homens. Grossi (1998) explica que a auto-organização (chamada em seu texto de “não-mixidade”) é a forma que as feministas encontram de garantir que o movimento seja constituído de vozes femininas, uma vez que em todos os espaços de que participam, os homens silenciam as mulheres. Como explicita o depoimento de Sofia:

Eu costumo compartilhar muita coisa e escrever, eu me sinto bem à vontade pra falar. Acho que tem grupos específicos que não tem homens e eu me sinto bem mais à vontade. Porque acho complicado, a gente já tem que lidar com essa opinião masculina na vida, então acho bom a gente ter um lugar em que a gente possa realmente falar tudo e não ter um homem pra julgar ou questionar aquilo [...]. Eu saí do grupo da Marcha das Vadias porque tem muito, muito homem assim, e eles ficam tipo... Bah, eu já não tava mais vendo sentido naquilo, então eu saí (Sofia, outubro de 2015).

Para as jovens negras, integrantes da *JuNF*, a questão racial é também uma causa de desconforto, que lhes tira a segurança para se expor nos grupos mistos. Valorizando as especificidades de um espaço exclusivo para mulheres negras, elas relatam:

A questão do *Feminismo SM* eu inicialmente gostei bastante porque eu tava no grupo da Marcha há um tempo e eu acho que, depois de um tempo, como ele era misto, as discussões tavam bem ruins, porque os caras se metiam bastante e falavam

muita merda. E também porque tinha muita gente branca lá, isso me incomodava. Aí foi criado um grupo só de mulheres, e embora a maioria ainda seja branca, já é um pouco mais confortável. [...] No grupo da Marcha eu curtia às vezes algumas coisas e comentava raramente, nunca postei nada lá. Acho que postei uma vez só, algo que eu nem me lembro mais, mas foi xingando lá o pessoal. No *Feminismo SM* eu postava raramente também, porque as meninas não ligavam muito pra texto, só pra aqueles prints escrotos, e curtia e comentava bastante até, porque me marcavam bastante lá. E no da *JuNF* eu comento, curto, coloco minhas coisas, posto relatos, compartilho textos, sou mais ativa, bem ativa (Dandara, outubro de 2015).

No *Feminismo SM* eu participo mais curtindo publicações, não faço publicações porque, na verdade, algumas das publicações que eu penso em fazer eu faço primeiro na *JuNF*, pra gente discutir sobre isso e aí depois acaba que a discussão fica tão rica dentro do grupo que não sai dali. O que eu acho que inclusive é uma falha, né, porque o feminismo negro tem que ser discutido em outros espaços além da *JuNF*, e eu sinto falta de fazer essa interação em outros grupos. [...] No *Feminismo SM* eu já vi uma postagem que eu considerei um pouco ofensiva, e lembro que levei essa postagem pro grupo da *JuNF*, a gente conversou sobre isso, e as gurias também consideraram... eu não diria racista, mas ela era muito limitada, sabe, a visão da postagem em si era muito limitada. [...] eu acredito que tem que ter essa segmentação dentro do feminismo, porque como nós somos diferentes e ainda assim somos oprimidas, eu acredito que tem que existir essa segmentação. É muito complicado dizer “vamos lutar todas juntas e levantar a mesma bandeira” porque não é assim, sabe, as especificidades das mulheres negras são diferentes das mulheres indígenas, são diferentes das mulheres brancas (Lélia, outubro de 2015).

As falas destacadas demonstram o quanto Dandara e Lélia valorizam as interações no grupo da *JuNF*, onde se sentem muito mais acolhidas e seguras para debater, que no *Feminismo SM*. Contudo, Lélia aponta que o feminismo negro precisa ser discutido também em grupos mistos, de modo que considera uma falha que certas discussões fiquem limitadas ao grupo da *JuNF*.

A postura de Lélia, nesse sentido, difere da de Dandara, que também acredita que o feminismo negro deve ser conhecido por todas as feministas, mas considera incômoda a situação de “ter que ser didática o tempo todo” com feministas brancas, que para ela se esquivam das críticas de racismo.

Os depoimentos pessoais nos *Feminismo SM* contemplam diversos temas. Passam principalmente por relatos de violências diversas sofridas pelas participantes. Aqui se enquadram assédio sexual ocorrido na rua, nos ônibus, nas escolas ou faculdades; violência verbal ou perseguição online cometida por desafetos ou ex-namorados; desabafos diversos, geralmente ligados ao convívio com homens (parentes, amigos ou namorados); e pedidos de ajuda às companheiras para lidar com esse tipo de situações. As participantes em geral demonstram apoio com as curtidas ou enfaticamente em comentários.

Felizmente, também aparecem depoimentos positivos no grupo: histórias de superação de traumas, de aceitação do próprio corpo ou dos cabelos crespos, ou como o relato de Stefani

sobre o boxe e feminismo, que acompanhou o compartilhamento de seu poderoso ensaio fotográfico, já mencionado.

Luna, minha entrevistada mais jovem, conta que compartilhou no grupo do coletivo de que participa o assédio que sofreu de um ex-professor de Filosofia do cursinho pré-vestibular. Sobre essa experiência e outros compartilhamentos pessoais nos grupos, ela relata:

Eu compartilhei a história do meu professor no grupo do meu coletivo e foi muito tranquilo. Foi bom porque muitas pessoas que já conheciam ele puderam falar sobre e realmente abrir o olho com os caras, porque sempre tu consegue descobrir uma coisa pior que a outra. E no *Feminismo SM* eu falava de vivências minhas nos comentários, respondendo alguma coisa. E falei também quando eu assumi meus cabelos, que era uma mensagem mais positiva. Me senti muito acolhida e apoiada, muito segura. Eu tinha muita vergonha, sabe, eu sempre fui uma pessoa muito tímida, mas depois disso foi passando. Antes eu não conseguia falar, por exemplo, eu fui no Dia da Visibilidade Lésbica [...] ano passado, que teve aqui no DCE, e eu vim e tinha muita coisa na cabeça pra falar e eu não conseguia falar, sabe, ficava “será que eu falo? Será que eu não falo?” e isso mudou muito, até em espaços, teve um sarau esse mês e eu fui e consegui falar sobre esse meu professor pra todas as gurias que tavam lá e eu me senti... Acho que quando tu te sente acolhida num grupo na internet tu passa a se sentir acolhida pra falar pessoalmente também, sabe? (Luna, outubro de 2015).

O depoimento de Luna demonstra a importância da sua participação nos grupos feministas para seu desenvolvimento e empoderamento, partindo também para espaços presenciais, onde não se manifestava anteriormente por medo ou vergonha. Seu caso demonstra o papel dos grupos nas trajetórias feministas das entrevistadas.

No caso da *JuNF*, aparecem poucas postagens desta categoria, já que o coletivo realiza reuniões presenciais e esses relatos podem ser feitos pessoalmente às companheiras. Entre as postagens observadas, há o relato de uma estudante da UFSM cujo professor lhe chamou atenção pelo discurso no programa de rádio que ela apresenta, chamado *Protagonismo Negro*, alegando que ela e a colega apresentadora deviam “tomar cuidado para não ofender os brancos”, acrescentando que “ele, branco de olhos azuis, também teve uma vida difícil”.

A postagem recebeu muitos comentários em apoio, exaltando o programa, do qual todas se orgulham, e elogiando a paciência da estudante, que relatou ter debatido longamente com o professor. Entre os comentários, uma das participantes expõe que também enfrenta racismo no seu curso, demonstrando o quanto esse discurso se faz presente na universidade:

Quanto ao professor, mais fácil empoderar os pretos do que fazer um homem branco se tocar. Eu já desisti de elucidar a vários colegas o quanto essa ideia meritocrática segrega e prejudica sempre a mesma parte da sociedade. Como funcionou com 1%, os outros 99 têm que conviver com a minha cor, meu cabelo afro e a minha existência em todas as aulas. Minha irmã também seguidamente se incomoda na faculdade. Não paremos. A faculdade tá aí pra desestruturarmos essa babaquice toda (comentário no grupo *JuNF*).

Atentamos aqui para a violência simbólica racista que as integrantes do coletivo enfrentam, além do machismo. A fala de Dandara, em entrevista, lembra as palavras de Audre Lorde citadas no capítulo 2, “dentro da comunidade lésbica eu sou negra, e dentro da comunidade negra eu sou lésbica [...] não existe hierarquia de opressão”. Ela conta:

Ser mulher negra e militar é bem complicado, porque tu vai pro movimento negro e ele é misto né, então tem essa questão de que os caras são bem machistas e acabam te silenciando, mesmo que a gente tenha pautas iguais. E aí o movimento feminista é bem branco, então as meninas brancas são racistas e acabam nos silenciando também, então é bem complicado fazer essa articulação assim. E também a gente não pode escolher por qual opressão lutar, tipo “hoje eu sou feminista, amanhã eu sou negra”, sabe? (Dandara, outubro de 2015).

Cecília, que como Luna é administradora do *Feminismo SM*, relata também não se sentir à vontade para compartilhar relatos pessoais no grupo. Primeiramente por uma questão de segurança, já que houve um episódio de vazamento de informações do grupo, mas também por sua identificação como feminista radical, que para ela é a razão de certo nível de perseguição de outras feministas. Segundo ela:

Eu acho (o grupo) acolhedor pra todo mundo que não é radical, que tu pode postar lá e conversar, mas no momento que tu tem um ponto de vista diferente, vem um grupo te atacando. E como não tem muita feminista radical em Santa Maria, não tem muita gente contra-atacando. [...] o grupo só é acolhedor até certo ponto. Eu não sei ainda inclusive por que eu ainda sou administradora, porque eu sou a única radical e a minha palavra não conta nada (Cecília, outubro de 2015).

Na ocasião do vazamento, várias meninas denunciaram um rapaz, estudante secundarista, que segundo relatos teria estuprado várias garotas, entre elas uma participante do grupo, além de fazer apologia ao nazismo em seu perfil. Uma participante enviou um *print* da postagem ao rapaz, que publicou piadas sobre o grupo no Twitter, expondo e humilhando as meninas. A responsável pelo vazamento foi identificada e expulsa do grupo. Mesmo assim, várias participantes deixaram de considerar o ambiente seguro e muitas deixaram o grupo. Criou-se então o *Novo Feminismo SM* (45 membros), com a intenção de substituir o grupo anterior. Foram escolhidas moderadoras de cada vertente feminista – pois as que se identificam com o radical reclamavam do silenciamento no *Feminismo SM* –, elaboradas regras e adicionadas algumas integrantes do grupo anterior. Após algumas postagens, a maioria relacionada ao suposto silenciamento das feministas radicais, o grupo foi abandonado e as discussões seguiram centralizadas no *Feminismo SM*.

Observamos que o grupo, embora privado, ou seja, só os membros visualizam suas publicações, não oferece nenhuma proteção ao seu conteúdo por parte do Facebook, de modo que a segurança da privacidade das participantes se baseia apenas na confiança nas companheiras, de que seus relatos estão seguros no grupo e que nenhuma mulher ali quebraria esse sigilo. Dessa forma, em cada postagem há um voto de confiança às companheiras da mulher que escolhe compartilhar sua história.

Com o desconforto que sente no grupo em cuja fundação ela mesma estava envolvida, Cecília relata que faz postagens mais pessoais em outros grupos:

Nos grupos de feminismo radical que eu faço parte eu compartilho coisas pessoais, mas tem uns que são mistos, em que a maioria é radical. Eu já postei lá sobre várias coisas, e me sinto confortável porque as gurias têm uma baita empatia, sabe, e nesses grupos nada vazou de mim ainda. Mas nesses grupos também tem radicais mais conhecidas nas redes sociais e tem muita pressão em cima delas. Eu nunca tive problema com isso porque nada meu vazou de lá, mas as gurias têm medo de contar coisas delas. Eu me sinto bem confortável de falar lá. [...] Eu nunca falei do meu primeiro assédio lá e coisas assim, mas eu também não falo pra muitas pessoas (Cecília, outubro de 2015).

Cecília comenta várias vezes na entrevista sobre o desconforto de ser uma das poucas feministas radicais no grupo. Quando há divergência em alguma discussão, as participantes dos debates se apoiam umas às outras em comentários e curtidas e, quando essas diferenças perpassam a questão das vertentes teóricas, as radicais saem “perdendo” por estarem em menor número – inclusive porque várias se retiraram do grupo quando as administradoras decidiram pela aceitação de mulheres trans, embora apenas uma trans tenha sido adicionada ao grupo depois disso.

Percebemos, com os depoimentos, o valor da rede de apoio que esses grupos representam para seus membros, mesmo com suas contradições, como a questão do acolhimento não se aplicar a todas as participantes do *Feminismo SM*. Os grupos auto-organizados se mostram espaços acolhedores e seguros para essas mulheres, que apenas entre suas iguais se sentem confortáveis para expor suas experiências, e receber ajuda, conselhos, ou apenas o apoio representado pelas curtidas do Facebook.

#### 4.4.8 Debates políticos

Classificamos nesta categoria os debates que consideramos internos ao feminismo, levados nos grupos. Conforme Pinto (2010, p. 15), o feminismo é um movimento que produz,

além das teorias, sua própria reflexão crítica. Dessa maneira, esses debates específicos estão apenas nos grupos auto-organizados, pela noção compartilhada entre as mulheres que deles fazem parte, de que não se critica a práxis de outra mulher feminista em espaços mistos. Contudo, o feminismo não é um movimento uniforme. Como em qualquer grupo, há uma série de divergências e disputas, sobre as quais Dandara comenta: “nos grupos mistos eu aprendi que o feminismo não é aquela coisa linda, é disputa política mesmo”.

Na *Juventude Negra Feminina*, a criadora e moderadora, Geanine, aponta como discussões recorrentes os debates sobre o racismo que os membros do coletivo enfrentam, além do apagamento das vozes de mulheres negras em espaços acadêmicos, por exemplo. Entre os pontos positivos, ela destaca as práticas que fortificam a identidade negra, a exemplo de afirmações estéticas como a aderência às tranças afro ou mesmo o abandono do alisamento, que tem um peso simbólico importantíssimo para as mulheres negras.

Já as divergências, ainda de acordo com Geanine, se dão principalmente em relação ao movimento negro, que, como a ativista aponta, é tão diverso e conflituoso quanto o feminismo, de modo que cada participante do coletivo pode se posicionar de maneira diferente quanto a questões específicas. Geanine destaca que nem todas as integrantes da *JuNF* circulam em outros coletivos, o que pesa na percepção de algumas disputas e na escolha por uma postura combativa ou, como ela chama, “pacífica e remediável”, no sentido de realizar as atividades do coletivo e construir de fato o feminismo negro, mas se ausentar dos conflitos entre os movimentos sociais divergentes. Geanine ressalta a importância da discussão sobre essas divergências, consideradas saudáveis dentro do coletivo.

Quanto ao feminismo, debate-se também a exclusão e silenciamento das mulheres negras e de suas pautas por mulheres brancas. Sobre esses espaços, as integrantes da *JuNF* relatam:

É recorrente ter apenas uma ou duas mulheres negras em movimentos feministas que são, em sua maioria, liderados por mulheres brancas, héteros, cis, de classe média ou ricas. Apenas essas características já são um motivo real para o bloqueio psicológico na ação e na fala de meninas e mulheres negras que estão em grupos de maioria de mulheres brancas. É complicado querer achar que uma mulher negra, pobre ou de classe média, vai ter total liberdade e entusiasmo de falar sobre todas as formas de opressão que sofre em espaços que não conhecem, nem nunca presenciaram e na maior parte das vezes duvidam que algo tão ruim e deprimente possa ter acontecido com aquela mulher negra, pelo simples fato dela ser negra e ter cabelo crespo. [...] A forma folclórica e repleta de exotificações que muitas mulheres brancas tratam as poucas mulheres negras que conhecem/convivem também incomoda bastante. Pois mesmo não querendo, que a mulher negra está ali no meio de tantas mulheres brancas, para ser um alvo de elogios exagerados; para ser a única amiga negra; para tirar todas as dúvidas referente a negritude; para sorrir e ensinar a fazer penteados “afros”; mas jamais para criticar relacionamentos inter-raciais e pautar a solidão da mulher negra, também não se pode falar de como as mulheres brancas se aproveitam

da estrutura racista, do racismo institucional e não fazem questão de reconhecer seus privilégios, isso é proibido! Só é permitido falar e lembrar que a mulher negra sofre mais, agora contextualizar todos os porquês dessa violência gratuita e tocar o dedo na ferida da branquitude brasileira de classe média e rica aí já é demais né (Geanine, novembro de 2015).

Conheci o feminismo negro e fui estudando um pouco mais e percebi que no movimento feminista eu tava militando mais pelas mulheres brancas, porque as pautas que eu colocava não eram contempladas. [...] (As feministas brancas) soltam a carta da *sororidade* e isso é bem complicado de lidar. Eu me afastei de vários espaços por conta disso, porque tu aponta, tu problematiza o que tá acontecendo, e as minas em vez de ter uma autocrítica, de pensar num movimento que empodere todo mundo, que seja pra autonomia de todo mundo, elas soltam essa carta da sororidade, de que a gente tem que ser paciente, tem que ser sempre didática, enquanto elas é que deviam tá procurando e desconstruindo e tal (Dandara, outubro de 2015).

Com relação à Marcha das Vadias, a gente tem essa discussão bem antiga com relação às pautas das mulheres negras dentro da marcha e do feminismo, que eu considero um feminismo branco. As postagens que eu acompanho, a maioria eu não considero racistas, mas acho que algumas invisibilizam as nossas lutas, das mulheres negras. É por isso também que eu não participo muito, só participo mesmo das discussões lendo as opiniões das meninas e vendo como é construído esse feminismo dentro do grupo e se ele contempla outras pautas além do feminismo branco (Lélia, outubro de 2015).

Essas problematizações tornam óbvia a necessidade do espaço auto-organizado para o empoderamento das mulheres negras, que dividem sua ação e reflexão entre o movimento negro e o movimento feminista, sendo ambos, muitas vezes, espaços hostis. Também apontam a imensa falha das feministas brancas em integrar as companheiras negras. Como destaca Geanine, fala-se sobre o “sofrimento” das mulheres negras, mas não se pauta a questão estrutural que leva a isso, ou a revisão dos privilégios da mulher branca.

Dandara reclama também do uso da “carta da sororidade”. A sororidade é tida no movimento feminista como a fraternidade e solidariedade entre mulheres, a compreensão de que outra mulher é oprimida da mesma forma que eu, dessa forma devo apoiá-la incondicionalmente. O conceito acaba sendo deturpado, como Dandara denuncia, para evitar as críticas a comportamentos racistas ou elitistas, apagando as possíveis relações de opressão com a ideia de que todas as mulheres estão na mesma situação.

No *Feminismo SM*, há dois eixos principais de discussões políticas, ou seja, que geram maior movimentação e debate nas postagens com essas temáticas: a participação dos homens no feminismo – como já acontecia no *Marcha das Vadias Santa Maria*, nesse caso com a participação de homens nos debates – e as disputas baseadas nas divergências teóricas das chamadas correntes ou vertentes feministas.

Sobre a participação dos homens, a discussão é no sentido da necessidade ou não de espaços mistos para o debate de gênero, um suposto “papel dos homens no feminismo”, as

consequências da exclusão ou inclusão deles e, no último caso, como essa deve se dar de modo a respeitar o protagonismo feminino.

Enquanto algumas das participantes se posicionam contra a presença de homens nos espaços de discussão feminista, por acuarem as mulheres para falar e tomar os espaços de fala sem experiência empírica dos assuntos debatidos, outras defendem que não adianta as mulheres se empoderarem se não atingirmos a consciência masculina. Para Luna:

Eu percebi que ser empoderada não adiantava nada, porque às vezes a gente mesmo sendo empoderada seguia sentindo as mesmas coisas que o machismo faz a gente sentir (Luna, outubro de 2015).

Uma das postagens com maior número de comentários sobre o assunto é a notícia de uma estudante morta pelo namorado, que estudava a violência contra a mulher (Figura 13). A ela seguem-se mais de 30 comentários, em debate intenso com a polaridade de opiniões. Algumas participantes alegam que se deve educar os homens a fim de que deixem de ser machistas, outras defendem que deve-se investir o tempo de educar um homem em ajudar a empoderar uma mulher.

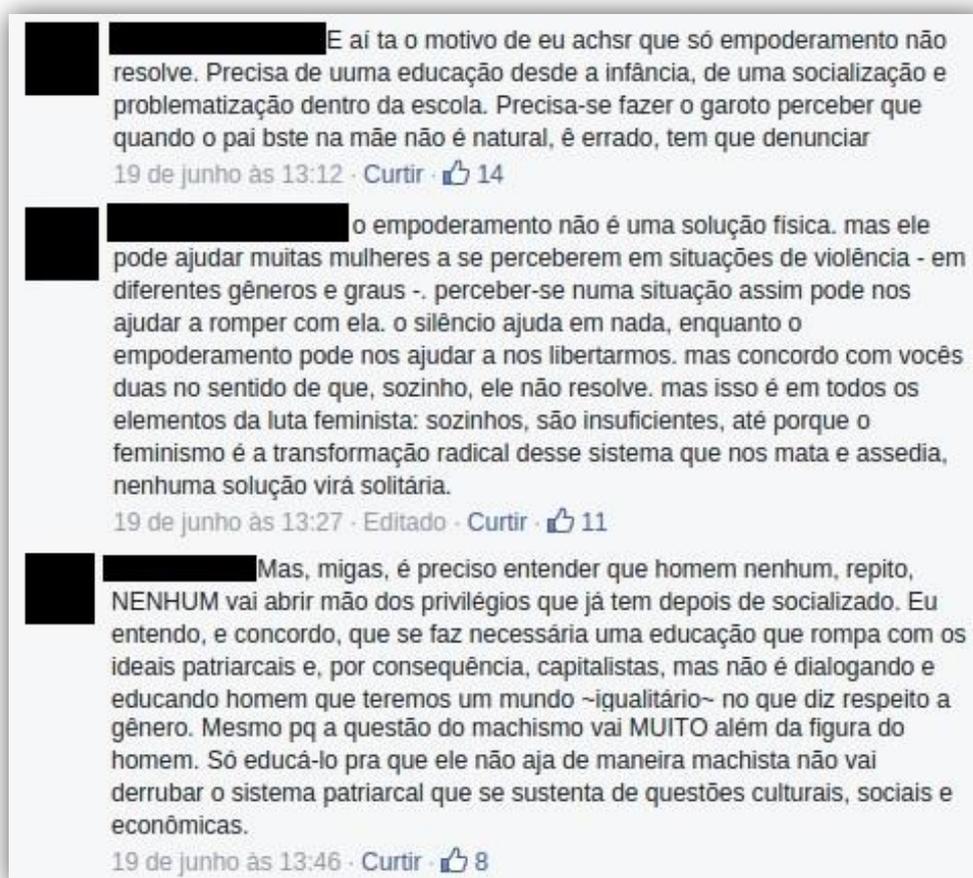


Figura 13: empoderamento feminino e privilégio masculino (*Feminismo SM*)

É um debate complexo, que surge em diversos momentos. No grupo da *JuNF*, essa discussão não aparece, mas as militantes falam, em entrevista, sobre a relação com os companheiros homens do movimento negro:

Também tem um fato que acredito ser mais absurdo, trata-se dos homens negros ativistas que usurpam falas de ativistas negras e usam como fossem pensamentos seus. Eles não tratam as mulheres negras como companheiras de luta, mas sim como massa de manobra e volume. Não as deixam falar, questionar algo para ajudar a melhorar as ações, é automaticamente atrapalhar e além disso, essas mulheres negras são totalmente ignoradas quando contribuem com falas intelectualmente boas/necessárias. Esses são apenas alguns exemplos de como muitas vezes o machismo se manifesta no movimento negro (Geanine, novembro de 2015).

Ser mulher negra e militar é bem complicado porque tipo, tu vai pro movimento negro e ele é misto né, então tem essa questão de que os caras são bem machistas e acabam te silenciando, mesmo que a gente tenha pautas iguais. E aí o movimento feminista é bem branco, então as meninas brancas são racistas e acabam nos silenciando também, então é bem complicado fazer essa articulação assim. [...]. Isso é bem complicado também porque eles são de esquerda e se colocam enquanto militantes, então quando tu acusa que eles tão te silenciando é tipo “não, não estamos. Somos de esquerda, somos irmãos, somos negros”. E isso é uma merda (Dandara, outubro de 2015).

Embora o debate não chegue a um fim, percebemos que em geral a presença de homens desmotiva a participação de muitas mulheres dos grupos, tanto pelos depoimentos, em que todas as entrevistadas afirmam não se sentirem à vontade nos grupos mistos, quanto pela observação na mudança de número de participantes nos grupos, já mencionada na apresentação deles no capítulo 3: durante o período de observação, o número de membros do *Marcha das Vadias Santa Maria* diminuiu e o do *Feminismo SM* aumentou, na mesma proporção.

Além de Sofia, que relata ter deixado o grupo misto pelo incômodo causado pelos homens nas discussões, Stefani também problematiza a presença deles em um grupo feminista:

Uma coisa também que na época eu não entendia e hoje eu entendo, a diferença dos grupos com e sem homens, a questão do protagonismo e tal, eu não entendia isso. [...] Eu acho que sempre que um cara comentava no grupo da *Marcha* as meninas tentavam argumentar e os caras não iam entender o que elas tavam tentando colocar. E muitas das vezes eu concordava com os caras, e pra mim parecia que apenas o fato de eles serem homens deslegitimava tudo que eles falavam. E realmente, sim, você não é mulher pra falar como é ser oprimido enquanto mulher. E agora, no *Feminismo SM* eu entendo, porque todas as meninas falam a mesma coisa que atualmente eu penso, sendo mulheres (Stefani, outubro de 2015).

O outro eixo de discussões políticas, sobre as divergências entre as correntes teóricas feministas, é norteado, principalmente pelo debate sobre a participação de mulheres trans no feminismo. Após o debate sobre a participação ou não delas no próprio *Feminismo SM*, ainda durante o período de observação, houve intensa polêmica em diversos grupos feministas sobre a participação de uma mulher trans no Encontro Nacional de Mulheres Estudantes, realizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

Segundo relatos de algumas participantes do encontro, muitas mulheres teriam se sentido incomodadas pela presença dessa pessoa, que usava barba, cabelo e roupas masculinas. Para algumas, não era realmente uma mulher trans, mas um homem que teria se passado por trans para semear discórdia no evento, provocando as mulheres. Para outras, era uma mulher trans que foi acuada e hostilizada por outras mulheres. Entre os muitos relatos conflitantes de participantes do encontro, a discussão chegou ao *Feminismo SM* e, após um debate intenso, algumas participantes foram expulsas pelo que as moderadoras consideraram transfobia. Com isso, uma das participantes deixou o grupo, alegando, como Cecília em seu depoimento, que esse não era acolhedor para feministas radicais (Figura 14).

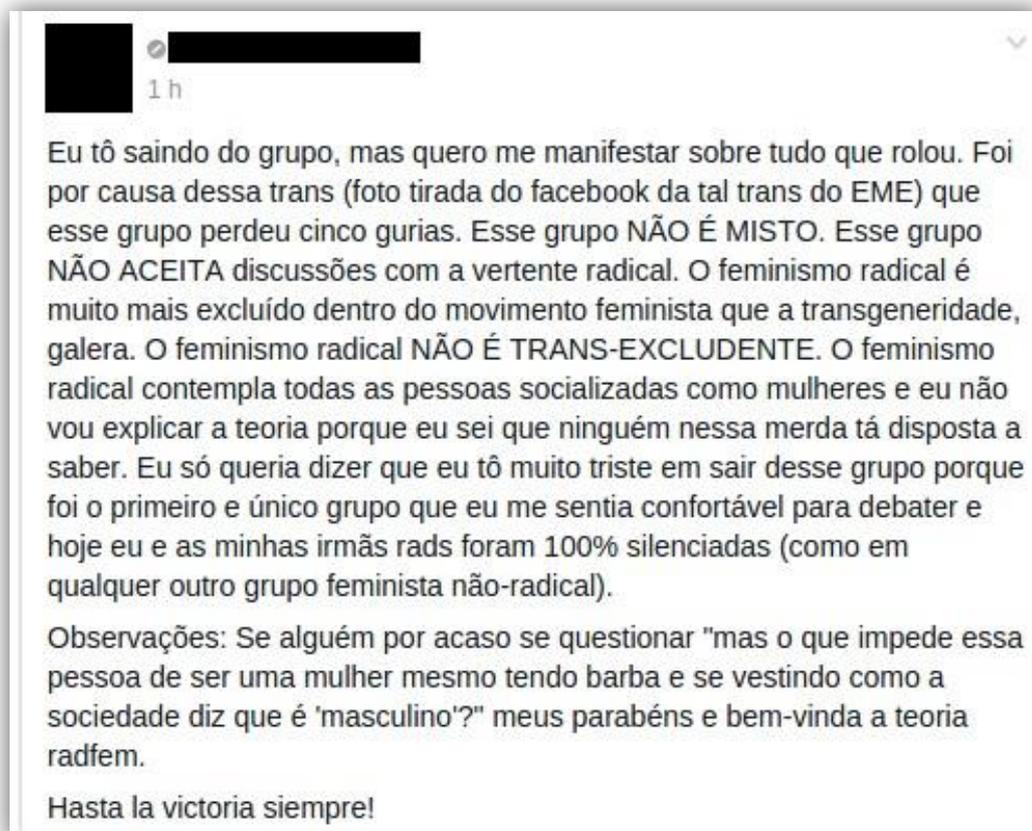


Figura 14: desabafo e saída de feminista radical (*Feminismo SM*)

A postagem era acompanhada de uma foto da participante trans do encontro da UNE, alvo da grande polêmica. Na foto (que preferimos não incluir para evitar a exposição), ela aparece de cabelos curtos, barba, roupas e “pose” socialmente tidas como masculinas, ou seja, na imagem, é lida como homem.

No texto, a menina que abandona o *Feminismo SM* aponta a exclusão das feministas radicais que percebe no grupo. Para ela, o grupo não pode ser considerado misto (que aceite todas as vertentes feministas) quando as radicais são, a seu ver, silenciadas. Ela pontua o quanto a entristece deixar o grupo e observa também que o isolamento das radicais não ocorre apenas no *Feminismo SM*, mas “como em qualquer outro grupo feminista não-radical”.

À postagem, seguiram-se diversos comentários, em posições também polarizadas (Figura 15). Enquanto algumas alertavam que mulheres estavam sendo excluídas do movimento feminista por posições divergentes, outras atentavam para o que consideram intolerância para com mulheres trans, especialmente havendo uma no próprio grupo.

██████████ Repito: foram banidas as minas que ofenderam outras irmãs em discussão. Não foram banidas por vertente. Pra manter o mínimo de ordem no grupo é necessário que a moderação tome essas medidas difíceis. Sentimos muito por precisar banir irmãs daqui mas nenhum preconceito será tolerado.

47 min · Curtir ·  19

██████████ Se uma trans se sentiu oprimida, foi porque rolou transfobia e essa transfobia apareceu aqui no grupo das mesmas pessoas mais de uma vez. Eu conversei antes, mas continuou rolando. É triste ter que tirar as minas daqui, mas é mais triste ainda ver uma mina se sentir silenciada ou indesejada aqui.

38 min · Curtir ·  12

██████████ bah, na boa, não quer ouvir divergência não joga o debate. todo mundo sabe que as mina aqui divergem sobre essa pauta, jogar esse assunto (ainda mais do jeito que foi jogado e conduzido) e reclamar das mina divergir do feminismo radical não dá né.

3 h · Descurtir ·  11

██████████ Acho incrivelmente desonesto falar que foi só por aquele debate, sendo que se qualquer radical chegar aqui e falar "eu acredito na abolição de genero, na socialização de hoje e na influência dela, e acredito que trans são mulheres e deu, só acho que as pautas delas são diferentes das minhas e não seriam do feminismo" vai ser outra guerra. Não vai ter debate, vai ter deboche, vai ter gente quase dizendo "mata que é terf" e no fim a radical vai ser banida por transfobia apenas por falar da sua teoria.

Então a ██████████ tem razão, n é um grupo misto, n é um grupo acolhedor pra todo mundo, apenas pras que seguem a teoria queer, basicamente

É isso

20 min · Curtir ·  2

██████████ na boa, se jogou um assunto mega polêmico no ar com um monte de comentário em cascata puro sarcasmo e o grupo que não é acolhedor? e outra, quer levantar esse debate, levanta, mas não espera que ninguém vai responder de volta. eu não li todo o post (paciencia zero pra 130 comentários) mas não vi ninguém mandando matar terf e não sei mais o que, mas sim as minas acusando transfobia onde reconheceram transfobia. quer ser transfóbica e fingir que não, beleza, mas vai ter resposta né.

12 min · Curtir ·  4

Figura 15: discussão sobre a saída da companheira

Nos primeiros comentários, as administradoras do grupo explicam que as expulsões ocorreram em função de ofensas às outras “irmãs”, e não por serem feministas radicais, como

a menina que saiu relata em seu desabafo. O quarto comentário, de outra feminista radical, contesta essa afirmação, alegando que todo comentário baseado no feminismo radical é rechaçado como “TERF” (*Trans-Exclusive Radical Feminism*, sigla que designa feministas radicais trans-excludentes).

Outra participante aponta o modo como o tema do Encontro da UNE foi conduzido pelas feministas radicais banidas do grupo, “com um monte de comentário em cascata puro sarcasmo”. Essa fala, de encontro aos comentários da moderação, reforça a questão de as exclusões acontecem devido à postura adotada pelas participantes, e não pelas ideias ou teorias que defendem.

Essa divergência, principalmente, levou a uma polarização no grupo entre feministas que se reconhecem radicais e as que se reconhecem interseccionais, que são maioria. Sobre sua experiência com o feminismo radical, Cecília relata:

No *Feminismo SM* teve uma época que eu postava bastante, só que aconteceu várias coisas chatas pra mim, porque as pessoas são bem hostis com feministas radicais, mesmo. E aí aconteceram várias coisas, primeiro que coisa do grupo vazou e quando eu vi tavam me chamando de transfóbica no meio da rua, sendo que eu nem era feminista radical naquela época. Outra coisa que eu comentei no grupo foi “vamos parar de rachar feministas radicais, porque elas são mulheres” e eu nem era ainda, e um dia chegou um amigo meu e disse “me falaram que tu odeia trans, é verdade?” e eu fiquei tipo “não, não é verdade, quem te falou isso?”. [...] E eu fiquei super chateada. Aí qualquer postagem que eu comente algo que a maioria das pessoas veem dessa forma, vai de rachar e exposição e essas coisas, e eu não tenho mais saúde mental pra esse tipo de coisa. [...] Quando eu entrei nos grupos (de feminismo radical) foi um super baque pra mim, tipo “meu Deus, não, vocês tão totalmente erradas” aí comecei a ver mais, porque em qualquer lugar que tu tá tem gente que é mais arrogante, tem gente que explica mais, tem gente que é mais agressiva, gente mais calma. E lá eu tive os dois e fui falando com as gurias que são feministas radicais há tempos e aí foi nos grupos que eu vi que era feminista radical e comecei a aprender mais sobre isso. [...] É bem exaustivo ser feminista, ainda mais radical. Não que as outras gurias não sejam resistência também, elas são, só que o feminismo radical é malvisto, sabe? Acho que um pouco é porque as pessoas não querem saber mais, mas também um pouco porque as pessoas que são feministas radicais não sabem se expressar (Cecília, outubro de 2015).

Em contrapartida, o depoimento de Dandara, que deixou o *Feminismo SM* depois da discussão sobre aceitação ou não de mulheres trans, nos dá outra visão da tensão no grupo. Ela menciona o desconforto da única participante trans do grupo, ao ter contato com postagens que considera transfóbicas:

As gurias, a maioria acho que era feminista radical, e falavam coisas bem transfóbicas e coisas racistas. [...] O *Feminismo SM* eu acho bem hostil, não acho um espaço seguro. Tanto pelo que fizeram com a integrante trans quanto pelo que as minas postavam lá, coisas racistas e tal, que eu me incomodava bastante. E quando eu tava lá a maioria, acho, era feminista radical ou era aquelas meninas novas que “iam na onda” sabe, e isso me incomodava também (Dandara, outubro de 2015)

Além do desconforto com o conteúdo das postagens, Dandara – que, durante sua permanência, foi a feminista negra mais ativa no *Feminismo SM* – se incomodava por ser constantemente chamada em postagens para explicar o racismo ou invisibilização das mulheres negras, para as mulheres brancas do grupo. “Elas me marcavam em várias publicações pra ser didática em coisas bem bobas, isso me incomodava, tipo ‘ai pergunta pra Dandara’. Cara, vai lá e procura”. Ela ressalta que as feministas brancas deveriam procurar se informar por própria conta, visto que têm acesso à informação, em vez de esperar ensinamentos das mulheres negras.

O depoimento de Luna, que compõe o coletivo Unas, classificado enfaticamente como feminista interseccional, também toca na questão das disputas, que para ela atravessam a questão ideológica e partem para o pessoal:

Quando começou as rixas eu fui ler sobre o que significava uma coisa e outra. O primeiro contato que eu tive foi quando eu li as feministas radicais chamando travestis e transexuais de *piroco* e eu pensei “será que elas são tão infantis a esse ponto?”. E aí eu pesquisei e tal, tem coisas muito válidas, mas eu acho que se tu for analisar isso aqui na cidade e nas pessoas que se envolvem, é muita imaturidade, sabe? E eu acho que a maior *treta* é que quando uma aponta o *umbiguismo* do interseccional ela não enxerga o seu próprio, sabe? E essa rixa parte muito do teórico pro pessoal, sabe? Eu vejo gurias que têm rixa entre si e aquilo não é mais teórico, é pessoal, sabe, “eu preciso mostrar que eu tô certa, porque eu tenho uma inimizade, um ranço dessa pessoa”. Mas eu acho que tem muita coisa válida no radical, sabe? E tem muita coisa no interseccional também que as pessoas olham e acham tudo muito lindo e elas não percebem coisas... Mas acho que o desrespeito do radical trava muito ele, sabe, essa coisa de desrespeitar as pessoas ao invés de tentar respeitar as outras pessoas, mas acho que isso deu um tempo, acho que isso teve um auge muito grande no início desse ano mas agora eu vejo que tem muita gente de boas, gente que discutia, que *tretava* o tempo inteiro, que tá mais tranquila, etc. Não sei se isso é positivo ou negativo (Luna, outubro de 2015).

O debate polarizado a respeito das correntes ou vertentes feministas, como Luna aponta, realmente perdeu a intensidade no *Feminismo SM*, mas observo que muitas das feministas radicais se retiraram do grupo ou se mantêm em posição de observadoras, como Cecília:

Qualquer postagem que eu comente algo que a maioria das pessoas vêem dessa forma, vai de rachar e exposição e essas coisas, e eu não tenho mais saúde mental pra esse tipo de coisa. [...] E aí eu já saí muito manchada de lá na verdade, e eu me importo com o que tão falando de mim por aí sem me conhecer, sabe? Então eu fico na minha. Às vezes alguém vem me dizer que não é bem assim e eu fico “ok” (Cecília, outubro de 2015).

Questiono, nesse ponto, nossa disposição para certos debates e a forma como lidamos com eles. Embora muitas vezes os argumentos usados em discussões tomem vias pessoais e o atrito seja de fato desgastante – ressaltando que no grupo falamos de mulheres de uma média

de 20 anos – temo que não avançamos nessas pautas, tão urgentes, nos afastando ou afastando outras mulheres delas.

A participação nos grupos de discussão se mostra, então, fundamental para o aprendizado das jovens feministas, tanto no sentido acadêmico, pelo acesso a textos, como mencionado por Dandara, quanto pelo contato com relatos e vivências de mulheres de realidades distantes das suas, como Sofia e Cecília relataram.

Cecília pontua que suas ações online também são importantes, em relação à ação em coletivos ou outros tipos de organização presencial. Ela diz que não aguenta mais ser “feminista de internet” (título usado para desqualificar a militância online) e pretende se organizar para ações concretas quando tiver mais tempo da faculdade, mas reconhece a importância das suas manifestações nas redes sociais:

Eu vejo que *o que eu faço na internet também é importante*, porque várias gurias começam a me perguntar coisas e me agradecer por coisas que eu falo e eu acho que tô fazendo a minha parte, mesmo que seja pequena, porque o feminismo de internet ainda não chegou, por exemplo, na periferia, né? Eu não fui lá falar com essas mulheres, que é super importante que elas conheçam o feminismo, pois elas inclusive são feministas sem saber, né? Então eu tô indo do menor mas vou pro maior (Cecilia, outubro de 2015).

Essa fala, que dá o título deste trabalho, demonstra o poder da atuação online, que é levar a discussão feminista a mais mulheres através da internet e, dessa forma, despertar essa consciência no maior número possível mulheres, para que essas também se empoderem para questionar os papéis de gênero e somar vozes à luta por uma mudança da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as interações nos grupos pesquisados, *Marcha das Vadias Santa Maria*, *Feminismo SM* e *Juventude Negra Feminina de Santa Maria*, e as relações das entrevistadas com os grupos dos quais participam, minha primeira e principal conclusão é a forte afirmação da necessidade da auto-organização em grupos feministas.

Essa necessidade fica evidente, em primeiro lugar, pelo abandono gradual do grupo misto da *Marcha das Vadias*, que durante o período da pesquisa, perdeu em torno de duzentos membros. No momento em que escrevo estas considerações, o grupo apresenta 5.385 membros, menos que na apresentação do grupo no capítulo 3, quando o número já era menor que no início da observação, no mês de março.

Além desse dado, todas as entrevistadas, ao citarem o grupo, mencionam a inibição causada pela presença masculina nas discussões. Sofia relata ter deixado o grupo em função desse desconforto; Luna e Stefani contam a dificuldade de dialogar com homens quando esses, além de não conhecerem a opressão machista subjetivamente, por mais que se reivindicuem pró-feminismo, se mostram pouco dispostos à autocrítica e desconstrução.

Da mesma forma, as feministas negras reivindicam seus espaços exclusivos (CARNEIRO, 2011), uma vez que mulheres brancas muitas vezes tendem, como os homens nos espaços mistos, a se esquivar da autocrítica e revisão de privilégios, acreditando que a opressão que todas enfrentam é a mesma por serem mulheres, e ignorando as nuances de racismo presentes inclusive em ambientes exclusivamente femininos.

Reconhecemos na *Juventude Negra Feminina de Santa Maria* a importância de, além do espaço de discussão e empoderamento feminista, ajudar as jovens negras a reconhecerem e valorizarem sua identidade, o que aparece, pelos apontamentos da fundadora Geanine Escobar e das entrevistadas Dandara e Lélia, como resultado direto da auto-organização proposta pelo grupo desde sua articulação.

É nos espaços auto-organizados, então, que a rede de apoio proporcionada pelos grupos de discussão funciona de fato. A razão disso é que somente entre suas iguais, na ausência da figura pela qual se sentem oprimidas (homens ou mulheres brancas no caso das mulheres negras), as mulheres reconhecem a segurança necessária para expor as situações nas quais precisam do apoio das companheiras, sejam essas situações de violência ou mesmo questões pessoais, psicológicas ou de autoestima, como aparecem no *Feminismo SM* e na *JuNF*.

Com isso percebemos que, para as feministas inseridas nos grupos que estudamos, os grupos são mais férteis para o fortalecimento e empoderamento próprio e de suas companheiras, que para tentar atingir e mudar a consciência dos homens – e também das mulheres brancas, no caso das feministas negras – através dos debates online, que no segundo caso tornam-se exaustivos e muitas vezes acabam sendo em vão.

O apontamento seguinte diz respeito às disputas políticas dentro do *Feminismo SM*. Reconhecemos a existência de divergências e o debate originado delas como saudáveis e frutíferos para o movimento feminista. Contudo, percebemos nesse grupo que algumas mulheres, a exemplo dos depoimentos de Dandara e Cecília, voltam a se sentir desencorajadas a participar das discussões em razão dessas divergências, lembrando também que um número considerável de participantes deixaram o grupo após atritos.

Nesse ponto, questiono se priorizar o conforto de estar entre iguais não estaria nos levando ao isolamento, dando lugar a grupos de opiniões homogêneas nos quais nada é realmente debatido, e rumando a feminismos uniformes tais como Butler (2013) aponta em sua crítica. Esse parece ser um dos principais desafios do feminismo online contemporâneo, o de encarar, em certa medida, a problemática do apagamento das diferenças, das muitas vozes dissonantes e de outras perspectivas e, com isso, do próprio diálogo, frente às questões sempre complexas que o cotidiano e as relações de opressão nos colocam a refletir. Preciso pontuar aqui que não equiparo a discussão de gênero com homens às divergências entre feministas de perspectivas teóricas conflitantes, visto que nesse caso – salvo entre feministas brancas e negras – não existe a presença do sujeito privilegiado pela opressão.

Outra conclusão apontada pela pesquisa é o dinamismo das comunidades online. A facilidade de se criar grupos, oferecida pelo Facebook, garante infinitas possibilidades de espaços virtuais dedicados à discussão dos assuntos mais variados – como são exemplos os grupos citados sobre coletores menstruais, medicina alternativa feminina, o *Clube de luta das mina*, entre outros.

Dessa forma, em descontentamento com os espaços propostos, tem-se a autonomia para migrar e criar novos grupos, podendo esses partir de concepções diferentes e funcionar em outras lógicas, como o *Feminismo SM* e a *JuNF*, que surgiram, respectivamente, da insatisfação com o grupo da Marcha das Vadias e com os espaços feministas brancos.

A pesquisa endossa também a efetividade da popularização do movimento feminista a partir da internet, em especial das redes sociais digitais. Além de todas as entrevistadas relatarem que seu primeiro contato com o debate e a militância feministas terem se dado no próprio Facebook, durante a coleta de dados nos grupos pudemos observar a chegada de

novas feministas, recém “descobertas”, ao *Feminismo SM*. Acompanhei seus depoimentos no grupo sobre estarem descobrindo coisas novas, a busca de informações e exposição de dúvidas sobre temas diversos relacionados ao feminismo.

Concluindo, confirmamos que as possibilidades de articulações online deram novo fôlego ao feminismo, o que se reflete na cidade de Santa Maria, a partir dos preparativos para a primeira Marcha das Vadias, até os grupos atuais que se formam a partir das dissidências de outros. Percebemos que os novos grupos criados procuram preencher as carências dos anteriores, de modo que cada ativista pode propor novos espaços a partir das pautas que considera mais urgentes, além das regras que também são modificadas de acordo com essas urgências – como a possibilidade ou não da participação de homens, necessidade ou não de aprovação das moderadoras para entrada, etc.

Essas práticas feministas apontam para construções diversas e dinâmicas, à medida em que diferentes grupos se organizam, de maneira autônoma, em torno dos temas que lhes são caros. Apoiadas nas ferramentas online, esses projetos se atualizam cotidianamente na esperança e apoio mútuo entre as jovens que os constroem. Dessa forma, o feminismo e as práticas online se fundem na constituição identitária dos sujeitos feministas.

## REFERÊNCIAS

ACIOLI, Sonia. Redes sociais e teoria social: Revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 1 esp., 2007, p. 8-19.

ADAMS, Carol J. **A política sexual da carne**: A relação entre o carnivorismo e a dominância masculina. São Paulo: Alaúde, 2012.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **We should all be feminists**. TEDx Euston. Disponível em: <[https://youtu.be/hg3umXU\\_qWc](https://youtu.be/hg3umXU_qWc)>. Acesso em: 30 de setembro de 2015.

ANTOUN, Henrique. Democracia, multidão e guerra no ciberespaço. In: PARENTE, André (org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 209-237.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2000.

BEDINELLI, Talita. **Aprovada na Câmara, redução da maioria penal vai para o Senado**. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/20/politica/1440027290\\_889612.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/20/politica/1440027290_889612.html)>. Acesso em 15 nov. 2015.

BELLI, Kamyla Claudino. **Elas tornaram-se a mídia**: Estudo do superfluxo da contrapropaganda da Marcha das Vadias de Santa Maria – RS. Trabalho de conclusão de curso de Publicidade e Propaganda. Curso de Comunicação Social, Universidade Federal de Santa Maria, Rio grande do Sul, 2013.

BENEVIDES, Carolina. **Para 65%, mulher que usa roupa que mostra corpo merece ser atacada**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/para-65-mulher-com-roupa-que-mostra-corpo-merece-ser-atacada-12006214>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

BERTAUX, Daniel. Da narrativa de vida. In: \_\_\_\_\_. **Narrativas de vida**: A pesquisa e seus métodos. São Paulo: Paulus, 2010, p. 47-61.

BRAGA, Adriana. Etnografia segundo Christine Hine: Abordagem naturalista para ambientes digitais. **E-Compós**, Brasília, v. 15, n. 3, setembro/dezembro 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>>. Acesso em: 18 de outubro de 2015.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Galáxia da Internet**: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHANTER, Tina. **Gênero: Conceitos-chave em Filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CHRISTO, Renata Costa. **O papel do movimento de mulheres no processo de construção da cidadania é uma questão de micropolítica**. Monografia do curso de Especialização em Pensamento Político Brasileiro na Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 1998.

Feminismo à esquerda: **Conheça a história de Fernanda, que teve um bebê prematuro no banheiro de uma ocupação**. Disponível em: <<http://feminismoaesquerda.com.br/conheca-a-historia-de-fernanda-que-teve-um-bebe-prematuro-no-banheiro-de-uma-ocupacao/>>. Acesso em 02 dez. 2015.

Donate now: **PETA**. Disponível em: <<https://secure.peta.org/site/Donation>>. Acesso em: 30 out. 2015.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; MESSA, Márcia Rejane. Os estudos de gênero na pesquisa em Comunicação no Brasil. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (Org.). **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

Eu não mereço ser estuprada (Facebook). Disponível em: <<https://www.facebook.com/diganaoamachismo>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

**Fora Cunha!!!!** Página do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/856240167823112>>. Acesso em 15 nov. 2015.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

GARCÍA, Marta Rizo. **Redes**. Una aproximación al concepto. Cidade do México: Conaculta, 2003. Disponível em: <[http://sic.conaculta.gob.mx/centrodoc\\_documentos/62.pdf](http://sic.conaculta.gob.mx/centrodoc_documentos/62.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: A Marcha das Vadias no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, maio/agosto 2014, p. 433-447.

GONÇALVES, Suelen Aires. **Violência de gênero: Uma análise sociológica sobre dados acerca das ocorrências de homicídios contra mulheres em Santa Maria/RS**. Trabalho de conclusão de curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2013.

GRISA, Jairo Angelo. Problemáticas transponíveis. In: \_\_\_\_\_. **Histórias de ouvinte: A audiência popular no rádio**. Itajaí: Univali, 2003. P. 303-334.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. **Antropologia em primeira mão**, Florianópolis, UFSC/PPGAS, 1998.

HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. London: Sage, 2000.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Feminismo e identidade de gênero**: Elementos para a construção da teoria Transfeminista. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Florianópolis, 2013. Disponível em:  
<<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/issue/view/320/showToc>>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

Jovem negro vivo: **Anistia Internacional**. Disponível em:  
<<https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo>>. Acesso em: 30 out. 2015.

Junte-se a nós: **Greenpeace**. Disponível em: <<https://doe.greenpeace.org.br/junte-se-a-nos/people>>. Acesso em: 30 out. 2015.

KNEBEL, Rosemeri Leane. **Trabalho e maternidade**: Desafios para a mulher na contemporaneidade. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2009.

Lei Federal 11.340/2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.html)>. Acesso em: 20 de setembro de 2015.

LEMONS, André. Cibercultura como território recombinate. In: MARTINS, Camila Duprat; CASTRO E SILVA, Daniela; MOTTA, Renata (Orgs.). **Territórios recombinate**: arte e tecnologia – debates e laboratórios. São Paulo: Instituto Sérgio Motta, 2007, p. 35-48.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre (1975-1982)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

MIGUEL, Ana; BOIX, Montserrat. Os gêneros da rede: Os ciberfeminismos. In: NATANSOHN, Graciela (org.). **Internet em código feminino**: Teorias e práticas. Buenos Aires: La Crujía, 2013. p. 39-74.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, junho 2010, p. 15-23.

**Preciso fazer um aborto**: Women on web. Disponível em:  
<<https://www.womenonweb.org/pt/>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROSA, Maria Virgínia de F. P. do Couto Rosa; ARNOLDI, Marlene Aparecida G. Colombo. Investigação qualitativa – caracterização. In: \_\_\_\_\_. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: Mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 29-68.

ROSSI, Marina. **Ofensiva na Câmara para complicar atendimento a vítima de abuso sexual**. Disponível em:

< [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/23/politica/1445557952\\_906110.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/23/politica/1445557952_906110.html)>. Acesso em 15 nov. 2015.

SARTI, Cynthia. O Feminismo brasileiro desde os anos 1970: Revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, maio/agosto 2004, p. 35-50.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. In: **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, nº 196, abril/maio 2005, p. 77-92.

SCHWADE, Elisete. Heterossexualidade compulsória e continuum lesbiano: diálogos. **Bagoas**, Natal, v.4 , n.5, janeiro/junho 2010, p. 58-66.

\_\_\_\_\_. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, janeiro/abril 2006, p. 109-130.

SILVA, Elisabete Rodrigues. Feminismo Radical: Pensamento e movimento. **Travessias**, Cascavel, vol. 2 n. 3, 2008, p. 1-14. Disponível em:

<[http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed\\_004/artigos/cultura/pdfs/FEMINISMO\\_RADICAL.pdf](http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_004/artigos/cultura/pdfs/FEMINISMO_RADICAL.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2015.

SILVEIRA, Natália A. C. Orlandi. **Os assuntos que discutimos são a cara da nossa luta** – Os debates feministas em meio às possibilidades de sociabilidade online. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

SOARES, Vera. Movimento feminista: Paradigmas e desafios. **Estudos Feministas**, n. especial, ano 2, agosto/dezembro 1994, p. 11-24.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. **Movimentos Sociais Em Rede E A Construção De Identidades: A Marcha Das Vadias – SM e A Experiência Do Feminismo Em Redes De Comunicação**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal De Santa Maria. Santa Maria, 2015.

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Miriam. **A Revolução das Mulheres: Um balanço do Feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 7-72.

## APÊNDICE

### Roteiro das entrevistas:

1. História pessoal.
2. Percepções sobre ser mulher e sobre o feminismo.
3. Importância dos meios online para sua informação e formação como feminista.
4. Contato com o(s) grupo(s) pesquisado(s) de que participa.
5. Percepção do(s) grupo(s) (acolhedor ou hostil) e modos de participação – curtir, comentar, compartilhar, depoimentos pessoais.
6. Levar discussões do grupo para a família ou círculo de amigas e amigos.
7. Compartilhamento de histórias ou experiências pessoais.
8. O que mudou? Como percebe essas mudanças?